

State Grid Brazil Holding S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2022 e relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13
Balancos patrimoniais	18
Demonstrações dos resultados	20
Demonstrações dos resultados abrangentes	21
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	22
Demonstrações dos fluxos de caixa	23
Notas explicativas às demonstrações financeiras	24



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH ou Companhia”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2022:

1) A companhia

A State Grid Brazil Holding constitui uma das principais empresas de transmissão de eletricidade do Brasil. Com sede no Rio de Janeiro instalou-se no país em 2010 a partir do interesse e conhecimento da State Grid Corporate of China (SGCC). Desde então investimos mais de R\$ 30 bilhões na operação e construção de mais de 16 mil quilômetros de linhas de transmissão em 13 estados do País.

Nossas instalações conectam usinas geradoras e distribuidoras de eletricidade, compondo cerca de 10% da malha elétrica do país. A SGBH realiza esse desafio de levar eletricidade aos consumidores sendo constituída por 24 empresas concessionárias de transmissão e uma empresa de Serviços de Engenharia e está organizada em 5 regionais, com 842 colaboradores, entre brasileiros e chineses.

A Companhia é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,0001% de participação e da International Grid Holdings Limited (IGHL) com 99,9999% de participação. Estas empresas são subsidiárias da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China que foi criada como uma empresa estatal em 2002, com o objetivo de construir e operar redes elétricas, para fornecer uma energia mais segura, mais limpa, mais econômica e sustentável. Além do Brasil, a SGCC também possui filiais no Chile, Portugal, Itália, Grécia, Omã, Filipinas, Hong Kong e Austrália, além de outras operações nos EUA, Venezuela, Índia e Rússia e alguns países da África. Ao todo, são mais de 1,6 milhão de funcionários em todo o mundo.

2) Negócios no Brasil

Desde sua chegada no Brasil, a **SGBH** adquiriu participação de 100% em 19 concessionárias do serviço público de transmissão de energia, 100% em 1 empresa de prestação de serviços e gerenciamento de atividades de engenharia e 51% de participação com controle conjunto em 5 companhias conforme abaixo:

Controladas Participação de 100%			Controladas em conjunto Participação de 51%
ETEE	RPTE	MRTE	Matrinchã
ETIM	SPTE	LTMC	Guaraciaba
ITE	Iracema	ACTE	LNT
PPTE	Catxerê	XRTE	Paranaíba
SMTE	Araraquara	CNTE	Belo Monte
PCTE	Itatim	PRTE	
STE	SGSE		

Razão social

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“ETEE”)
Expansion Transmissão Itumbiara Marimondo S.A.(“ETIM”)
Itumbiara Transmissora de Energia S.A. (“ITE”)
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (“PPTE”)
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. (“SMTE”)
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. (“PCTE”)
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. (“RPTE”)
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. (“SPTE”)
Iracema de Transmissora de Energia S.A. (“Iracema”)
Catxerê Transmissora de Energia S.A. (“Catxere”)
Araraquara Transmissora de Energia S.A. (“Araraquara”)
Linhas de Transmissão do Itatim S.A. (“Itatim”)
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. (“MRTE”)
Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. (“ACTE”)
Linhas de Transmissão Montes Claros S.A. (“LTMC”)

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“XRTE”)
Canarana Transmissora de Energia S.A. (“CNTE”)
Paranaíba Ribeirãozinho Transmissora de Energia (“PRTE”)
State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”)
Silvânia Transmissora de Energia S.A. (“STE”)
Matrinchã Transmissora de Energia S.A. (“Matrinchã”)
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. (“Guaraciaba”)
Luziânia Niquelândia Transmissora S.A. (“LNT”)
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. (“Paranaíba”)
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. (“Belo Monte”)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Total de extensão de linhas em km em investimentos com 100% de participação	10.196	10.163
Extensão das Linhas em operação:	10.040	10.007
Extensão das Linhas em construção:	156	156

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Subestações próprias:	20	20
Subestações acessadas:	51	43

Parcerias

Além de seus investimentos diretos, a **SGBH** alcançou importantes conquistas com parceiros no Brasil:

- Em 2011, em parceria com Furnas Centrais Elétricas S.A (“Furnas”) venceu o Leilão 06/2011 e constituiu a Luziânia Niquelândia Transmissora S.A. (“Luziânia”), possuindo participação societária de 51%. Este lote está composto pela Subestação Niquelândia e Subestação Luziânia. Houve autorização para iniciar a operação da Subestação Luziânia em 09 de junho de 2014 e SE Niquelândia, teve sua entrada em operação no dia 12 de agosto de 2015.

- Em 2012, em parceria com a Copel Geração e Transmissão S.A. (“Copel”), venceu 2 lotes do Leilão 002/2012 e constituiu a Matrinchã Transmissora de Energia S.A. (“Matrinchã”) e Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. (“Guaraciaba”), possuindo 51% de participação societária em cada

uma dessas empresas. A Matrinchã assinou o Contrato de Concessão nº012/2012 em 10/05/2012 e todos os trechos já estão em operação, sendo o último em 29/07/2016. A Guaraciaba, por sua vez, assinou o Contrato de Concessão nº013/2012 em 10 de maio de 2012 e durante o exercício de 2017 todas as Linhas de Transmissão entraram em operação, tendo sido a última em 09/12/2016.

Ainda em 2012, venceu o lote G do Leilão 007/2012 em parceria com Furnas e Copel, e constituiu a Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba"), também possuindo 51% de participação societária. A Paranaíba concluiu, entre maio e novembro de 2016, a construção de todos os três trechos de linhas de transmissão objetos do Contrato de Concessão 007/2013. Em janeiro de 2017 houve a conclusão da implantação da totalidade do projeto.

- Em 2014, em parceria com Furnas e Eletronorte, venceu o leilão 011/2013, e constituiu a Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte"). O período de construção do empreendimento estava estipulado, conforme contrato de concessão, para entrar em operação comercial em fevereiro de 2018, porém o Projeto entrou em operação comercial em dezembro de 2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no contrato de concessão.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Total de extensão de linhas em km em investimentos com 51% de participação	4.657	4.651
Extensão das Linhas em operação:	4.657	4.651

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Subestações próprias:	7	7
Subestações acessadas:	11	10

3) Novos empreendimentos

Em 2021, após a impugnação da empresa vencedora do no Leilão 001/2020, a SGBH é convocada pela ANEEL para assumir o projeto de construção da linha de transmissão entre Silvânia e Trindade (STE). No exercício de 2022, a SGBH esteve dedicada à implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE) e às obras de ampliação das infraestruturas já existentes (Greenfield). Dentre as construções em andamento além da STE, destacamos as obras de 5 projetos de expansão, os quais descrevemos aqui:

Projetos de expansão

 IRACEMA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	• IRTE - SE MILAGRES II
 MONTES CLAROS LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.	• LTMC – SE PADRE FIALHO
 SERRA DA MESA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	• SMTE SE LUZIÂNIA SE PARACATU 4 – 6º bay SE PARACATU 4 – 7º bay e 3ºTF 500/138 kV
 ARARAQUARA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	• ATE - SE ARARAQUARA
 PORTO PRIMAVERA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	• PPTE - SE NOVA PORTO PRIMAVERA

4) Desempenho Financeiro

A Companhia controla e relata seus resultados econômico-financeiros com transparência, prezando pela qualidade das informações disponibilizadas para acionistas, bancos, órgãos regulamentares e investidores. A Diretoria Financeira promove o constante aprimoramento de seus controles internos e todas as empresas tiveram seus balanços societários e regulatórios verificados por auditor externo independente.

Para fins de demonstrações financeiras, apresentamos os seguintes valores básicos:

(em reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021 (Reapresentado)	2022	2021 (Reapresentado)
Total do Ativo	18.211.499.642	18.197.956.490	30.956.710.363	30.311.055.584
Total do Passivo	5.589.753.376	5.932.579.873	18.334.964.097	18.045.678.967
Patrimônio líquido	12.621.746.266	12.265.376.617	12.621.746.266	12.265.376.617
Lucro líquido do exercício	2.221.568.322	1.461.156.206	2.221.568.322	1.461.156.206

5) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2022 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança.

Demos sequência ao trabalho iniciado em 2021 e, neste ano, concluímos o Planejamento Estratégico (PE). Desta forma, temos uma visão de longo prazo dos negócios e da organização interna. Somados ao PE, iniciamos a elaboração de instrumentos que irão compor a estrutura de governança após a criação do Conselho de Administração, como o Regimento Interno do Conselho e o Regimento Interno da Diretoria. Evoluímos na estruturação dos nove Comitês de Assessoramento, que estarão ligados ao órgão deliberativo e irão dispor de regimentos internos próprios.

A SGBH é representada em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Dentre os comitês especialistas de apoio às decisões do SMC, destacamos a criação, em 2022, do Comitê ESG. Composto por 14 membros, o grupo encampará a evolução dos temas Ambientais, Sociais e de Governança associados aos negócios da SGBH.

Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos relevantes medidas como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade.

Gestão de Riscos

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho.

Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de manter a capacidade de funcionamento de nossa infraestrutura conforme exigentes padrões de qualidade, visando à segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos técnicos e administrativos de nossas atividades e processos. A Matriz de Risco da empresa é constantemente atualizada e a SGBH monitora anualmente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa (“Top Ten”), além de desenvolver os controles internos de todos os riscos mapeados em seus processos corporativos.

Ética, Transparência e Compliance

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso de respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, diálogo e transparência com todos os públicos. Como medida de atualização e conscientização dos profissionais, anualmente, todos os colaboradores assinam e concordam formalmente em praticar as premissas firmadas no Código de Ética e Conduta. Com o objetivo de centralizar a condução do tema, em 2022, criamos a divisão de Riscos, Compliance e Auditoria Interna (RCA).

Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, são oferecidos cursos presenciais, tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais; treinamentos online e pílulas mensais de compliance sobre temas atuais são difundidos por e-mail, como privacidade e proteção de dados, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral no ambiente de trabalho.

A área de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por terceira parte independente, que analisa o conteúdo dos relatos e, quando fundamentados, os encaminha à área de Compliance que conduz todas

as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos de preocupações críticas são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança.

Desde 2021, ano em que iniciou o processo de auditoria interna com equipe própria local, a SGBH vem utilizando tais auditorias como instrumento de aprimoramento dos seus processos internos e implantando diferentes planos de ação visando a conformidade de todos os seus procedimentos. Em 2022 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

6) Responsabilidade ambiental e social

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivados em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 11 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada pela SGBH, que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

Destacamos alguns dos projetos culturais e sociais nos quais a State Grid participou:

Orquestra Maré do Amanhã

O Grupo investe na Orquestra Maré do Amanhã desde 2012. Com cerca de quatro mil beneficiados, o projeto oferece ensino de música clássica, em escolas públicas, para jovens de 4 a 19 anos moradores da comunidade da Maré no Estado do Rio de Janeiro.

O Jardim da Vida

Exposta no Centro Cultural dos Correios, no Rio de Janeiro - RJ, a exposição multimídia exibiu mostras de vídeo das regiões ribeirinhas que cercam a cidade de Altamira e sons envolventes da floresta amazônica.

Exposição China – Tradição e Modernidade

A exposição apresentou, pela primeira vez no Brasil e na América Latina, um acervo diversificado, dinâmico e, principalmente, contextualizado da arte contemporânea chinesa.

Craque do Amanhã

O projeto “Craque do Amanhã”, criado em 2012, tem como objetivo oferecer um programa esportivo que ofereça atividades físicas e psicológicas, promover desenvolvimento físico, psicológico e social por meio do esporte e melhorar a qualidade de vida de cerca de 400 crianças e adolescentes carentes e em vulnerabilidade social, entre 8 e 17 anos, em São Gonçalo, Rio de Janeiro. Utiliza o esporte como principal ferramenta impulsionadora da construção de valores em prol da promoção social, focando na construção de valores, cidadania, ética e no fortalecimento da identidade cultural, local e de gênero.

Hospital Pequeno Príncipe

Apoiamos o Hospital Pequeno Príncipe, que é maior hospital pediátrico do Brasil, desde 2015. Localizado em Curitiba - PR, disponibiliza até 70% de sua capacidade para atendimento SUS e realiza, anualmente, mais de 300 mil consultas médicas, 900 mil exames, 21 mil cirurgias e 250 transplantes em crianças e adolescentes de todo o país.

Casa de Ciência de Minduri (CEPEM)

O espaço busca oferecer condições do desenvolvimento econômico e social em Minduri- MG e, para isso, oferecerá diferentes cursos em ciência, educação e cultura. O projeto da SGBH contribui com a reforma do CEPEM e a aquisição de equipamentos para as salas de Experimento, Audiovisual e Laboratório de Computadores, bem como o oferecimento de cursos de capacitação por 24 meses. Além disso, o entorno da área do CEPEM está sendo reflorestado.

7) Treinamento, relacionamento técnico e certificações

No Grupo, os treinamentos são oferecidos em quatro categorias: essenciais (técnicos), liderança, incentivo à idiomas e educacional, além de capacitações por áreas e equipes. Nossas equipes de campo recebem treinamentos internos sobre os procedimentos de operação e manutenção dos sistemas que atendem às exigências do ONS, segundo os requisitos aprovados pela ANEEL.

Em 2022, os colaboradores passaram, em média, por 43 horas de treinamentos em temas como ética e compliance, prevenção ao assédio moral e sexual, combate à fraude e corrupção, conflito de interesses e diversidade e inclusão.

Em saúde e segurança ocupacionais, seguimos os treinamentos básicos, como primeiros socorros e prevenção de acidentes, assim como os colaboradores são treinados em conteúdos voltados aos trabalhos com redes elétricas e capacitações específicas.

Com o objetivo de aprimorar ainda mais as nossas práticas, conquistamos duas novas certificações em 2022. Fomos a primeira empresa do setor elétrico a aderir à norma ISO 56.002, que trata de Gestão da Inovação e nos permitirá estruturar os avanços em inovação e tecnologia e, assim, tomar melhores decisões sobre os recursos financeiros destinados aos programas de pesquisa e desenvolvimento que integramos. Certificamos o departamento de engenharia na norma ISO 9.001, que estrutura o sistema de Gestão da Qualidade de estudos e projetos de engenharia e promove a integração entre as diversas áreas envolvidas em cada atividade.

8) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da State Grid e para o cumprimento da nossa missão.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2023.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da

State Grid Brazil Holding S.A

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da State Grid Brazil Holding S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da State Grid Brazil Holding S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Ênfase – Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 11 de março de 2022 emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da State Grid Brazil Holding S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 6, essas Demonstrações Financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os ajustes identificados na aplicação das premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato descrito na referida nota explicativa. Consequentemente, nossa opinião considera estas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes

Veja as Notas 5.4, 13 e 28 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.</p> <p>De acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas a construção da infraestrutura, (ii) receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de desconto definida no início do projeto.</p> <p>A estimativa do valor do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolveu, em seu reconhecimento inicial, o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Espera-se que as premissas utilizadas para mensuração e reconhecimento inicial permaneçam inalteradas para as mensurações prospectivas em datas-bases subsequentes. Devido à especificidade e relevância dos ativos de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração reconhecidas em conjunto das demonstrações financeiras, além de possuírem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos a</p>	<p>– Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Entendimento do desenho e implementação dos processos relevantes;(ii) A leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis aos preços dos contratos;(iii) Verificação, com apoio de especialistas em finanças corporativas: (a) se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; e (b) se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovados pela Companhia, permanecendo inalteradas em relação as premissas utilizadas no exercício anterior;(iv) Verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração sobre o ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 3.067/2022 e nº 2.895/2021, e com os respectivos AVCs (avisos de créditos);

<p>atualização dessas rubricas como assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>(v) Verificação se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados;</p> <p>(vi) A avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>
---	--

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade

Contador CRC RJ-086312/O-6

State Grid Brazil Holding S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	31/12/2022		31/12/2021	
		Controladora	Consolidado	Controladora (Reapresentado)	Consolidado (Reapresentado)
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	157.242.818	1.290.081.039	104.714.711	1.589.947.576
Concessionárias e permissionárias	10	-	341.611.184	-	332.964.638
Contas a receber - partes relacionadas	23.1	3.011.157	568.565	3.330.317	957.006
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	107.363.897	186.614.649	107.010.391	237.074.546
Outros impostos a recuperar	11	208.604	19.002.831	208.604	8.799.550
Ativo de Contrato	13	-	2.598.938.610	-	2.759.368.852
Empréstimos a receber - partes relacionadas	12	95.113.636	95.113.636	91.481.313	91.481.313
Adiantamentos a fornecedores		236.229	6.770.810	188.313	10.630.353
Estoques		-	79.823.798	-	71.671.865
Dividendos a receber	23.4	165.388.575	162.702.101	103.419.843	100.855.646
Outros ativos circulantes		814.555	46.806.373	16.697	31.679.830
		529.379.471	4.828.033.596	410.370.189	5.235.431.175
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	9	-	207.868.493	-	175.328.834
Ativo de Contrato	13	-	20.092.389.540	-	19.396.991.958
Empréstimos a receber - partes relacionadas	12	579.337.444	579.337.444	647.597.815	647.597.815
Outros ativos não circulantes		1.984.772	79.335.811	2.880.794	83.765.020
Investimentos	14	16.691.105.410	4.248.817.485	16.759.965.822	3.869.958.983
Propriedade para investimento	15	65.850.539	65.850.539	77.579.772	77.579.772
Imobilizado	16	343.266.628	363.768.083	298.873.438	321.127.271
Intangível	17	575.378	491.309.372	688.660	503.274.756
		17.682.120.171	26.128.676.767	17.787.586.301	25.075.624.409
Total do ativo		18.211.499.642	30.956.710.363	18.197.956.490	30.311.055.584

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

State Grid Brazil Holding S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	31/12/2022		31/12/2021	
		Controladora	Consolidado	Controladora (Reapresentado)	Consolidado (Reapresentado)
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores - terceiros	18	5.412.032	234.708.654	1.857.898	246.492.969
Fornecedores - partes relacionadas	23.2	11.482.543	13.372.895	2.159.713	16.645
Empréstimos e financiamentos – terceiros	19	-	403.263.497	-	359.299.381
Empréstimos - partes relacionadas	19	18.429.352	18.429.352	6.001.886	6.001.886
Imposto de renda e contribuição social a pagar	20	1.980.403	137.462.286	1.980.403	110.985.383
Outros impostos a pagar	20	7.939.338	47.090.563	13.393.296	45.009.524
Taxas regulamentares	21	-	64.906.275	-	47.925.587
Dividendos e JCP a pagar/receber	23.4	22.024.551	22.024.551	13.194.696	13.194.696
Outros passivos circulantes	22	224.151	58.727.214	224.343	45.708.306
		67.492.370	999.985.287	38.812.235	874.634.377
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos - terceiros	19	-	7.274.199.576	-	6.988.602.526
Empréstimos - partes relacionadas	19	5.366.626.449	5.366.626.449	5.739.781.685	5.739.781.685
Impostos diferidos	24	154.072.934	4.613.778.165	152.351.021	4.355.331.329
Provisão para contingências	25	1.561.623	30.197.301	1.634.932	25.044.735
Outros passivos não circulantes	26	-	50.177.319	-	62.284.315
		5.522.261.006	17.334.978.810	5.893.767.638	17.171.044.590
Patrimônio líquido					
Capital social	27.a	9.787.203.751	9.787.203.751	9.787.203.751	9.787.203.751
Reserva legal	27.b	333.591.992	333.591.992	222.513.576	222.513.576
Reserva de lucros	27.c	2.191.409.048	2.191.409.048	2.076.691.817	2.076.691.817
Reserva de incentivos fiscais	27.d	309.541.475	309.541.475	178.967.473	178.967.473
		12.621.746.266	12.621.746.266	12.265.376.617	12.265.376.617
Total do passivo e do patrimônio líquido		18.211.499.642	30.956.710.363	18.197.956.490	30.311.055.584

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

State Grid Brazil Holding S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

		31/12/2022		31/12/2021	
	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora (Reapresentado)	Consolidado (Reapresentado)
Receita operacional líquida	28	8.897.058	3.582.353.525	8.418.664	3.369.712.355
Custo da operação	29	(7.363.980)	(698.605.113)	(5.721.927)	(282.081.165)
Lucro bruto		1.533.078	2.883.748.412	2.696.737	3.087.631.190
Despesas gerais e administrativas	30	(25.655.097)	(173.851.395)	(23.601.933)	(95.755.711)
Outras receitas /(despesas) operacionais líquidas	31	305.935	123.672.946	(405.005)	57.700.559
Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro		(23.816.084)	2.833.569.963	(21.310.201)	3.049.576.038
Resultado financeiro	32	167.356.724	(556.056.259)	(465.596.010)	(1.419.793.834)
Receita financeira		1.513.991.161	1.616.622.160	938.839.308	999.168.832
Despesa financeira		(1.346.634.437)	(2.172.678.419)	(1.404.435.318)	(2.418.962.666)
Equivalência patrimonial	14.2	2.079.749.595	531.982.397	1.949.574.945	331.540.122
Resultado antes dos impostos		2.223.290.235	2.809.496.101	1.462.668.734	1.961.322.326
IRPJ e CSLL Correntes	33	-	(378.003.870)	-	(189.682.744)
IRPJ e CSLL Diferidos	33	(1.721.913)	(209.923.909)	(1.512.528)	(310.483.376)
Lucro líquido do exercício		2.221.568.322	2.221.568.322	1.461.156.206	1.461.156.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

State Grid Brazil Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	Controladora	Consolidado	Controladora (Reapresentado)	Consolidado (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	<u>2.221.568.322</u>	<u>2.221.568.322</u>	<u>1.461.156.206</u>	<u>1.461.156.206</u>
Total dos resultados abrangentes	<u>2.221.568.322</u>	<u>2.221.568.322</u>	<u>1.461.156.206</u>	<u>1.461.156.206</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

State Grid Brazil Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Reserva de lucros						Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva especial de lucros a realizar	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.787.203.751	149.455.766	757.478.446	2.027.948.393	94.156.589	-	12.816.242.945
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.461.156.206	1.461.156.206
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 27)	-	73.057.810	-	-	-	(73.057.810)	-
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 27)	-	-	-	(18.537.236)	87.165.988	(68.628.752)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 27)	-	-	-	-	-	(13.194.696)	(13.194.696)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 27)	-	-	-	1.306.274.948	-	(1.306.274.948)	-
Reversão de reserva reflexa de investidas (Nota explicativa 27)	-	-	-	-	(4.708.725)	-	(4.708.725)
Constituição de reserva reflexa de investidas (Nota explicativa 27)	-	-	-	-	2.352.621	-	2.352.621
Reversão de realização de reserva criada devido adoção do CPC 47 (Nota explicativa 27)	-	-	(757.478.446)	757.478.446	-	-	-
Distribuição de dividendos intermediários (Nota explicativa 27)	-	-	-	(1.996.472.734)	-	-	(1.996.472.734)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	9.787.203.751	222.513.576	-	2.076.691.817	178.967.473	-	12.265.376.617
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.221.568.321	2.221.568.321
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 27)	-	111.078.416	-	-	-	(111.078.416)	-
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 27)	-	-	-	-	129.658.953	(129.658.953)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 27)	-	-	-	-	-	(19.808.310)	(19.808.310)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 27)	-	-	-	1.961.022.642	-	(1.961.022.642)	-
Constituição de reserva reflexa de investidas (Nota explicativa 27)	-	-	-	-	915.049	-	915.049
Distribuição de dividendos adicionais (Nota explicativa 27)	-	-	-	(1.446.305.411)	-	-	(1.446.305.411)
Distribuição de dividendos intermediários (Nota explicativa 27)	-	-	-	(400.000.000)	-	-	(400.000.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.787.203.751	333.591.992	-	2.191.409.048	309.541.475	-	12.621.746.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

State Grid Brazil Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	31/12/2022		31/12/2021	
		Controladora	Consolidado	Controladora (Reapresentado)	Consolidado (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos impostos		2.223.290.235	2.809.496.101	1.462.668.734	1.961.322.326
Itens de resultado que não afetam o caixa					
Equivalência patrimonial	14	(2.079.749.595)	(531.982.397)	(1.949.574.945)	(331.540.122)
Juros e variações monetárias dos empréstimos a pagar	19	(148.325.904)	717.061.317	514.338.468	1.528.030.780
Juros e variações monetárias dos empréstimos a receber	12	(65.223.161)	(65.223.161)	(87.413.625)	(71.098.437)
Depreciação e amortização	15, 16 e 17	5.976.435	11.690.718	5.094.392	10.430.108
Baixa de imobilizado e intangível		-	51.252	231.032	251.327
Rendimento de títulos e valores mobiliários		-	(11.121.481)	(1.202.301)	(3.603.419)
Provisão para perda de crédito esperada	10	-	18.699.738	-	(2.340.240)
Provisão para contingências	25	(73.309)	5.152.567	465.936	(21.630.947)
Provisões compensação ambiental		-	(1.045.546)	-	4.397.452
Custo de transação de financiamento	19	-	1.773.533	-	(26.714.797)
(Aumento) redução nos ativos operacionais					
Concessionárias e permissionárias		-	(27.346.285)	-	(19.321.117)
Contas a receber – partes relacionadas		319.160	(43.747.444)	488.856	6.376.298
Ativo de contrato	13	-	(534.967.340)	-	(532.928.228)
Estoques		-	(8.151.934)	-	(15.379.203)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		8.272.757	59.082.680	(4.000.592)	(46.926.755)
Outros impostos a recuperar		-	(10.199.800)	-	4.979.846
Títulos e valores mobiliários		-	1.866.416	172.135	1.124.729
Imobilizado e intangível		167.088	536.632	237.709	1.213.307
Adiantamentos a fornecedores		(47.916)	2.258.614	157.234	8.149.677
Juros recebidos	12	67.796.326	67.796.326	204.024.726	73.437.679
Despesas antecipadas		-	1.816.518	-	(3.444.934)
Outros ativos		98.164	(10.912.930)	(850.599)	(30.973.959)
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores diversos e partes relacionadas		12.876.967	45.706.943	1.696.719	(55.190.770)
Impostos e contribuições sociais		(4.901.237)	164.475.813	(3.288.915)	274.228.659
Taxas regulamentares		-	16.980.689	-	(13.856.700)
Outros passivos		(197)	12.513.054	(2.586.247)	(28.224.360)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		20.475.813	2.692.260.593	140.658.717	2.670.768.200
Compensação ambiental		-	(10.554.720)	-	(12.547.956)
Imposto de renda e Contribuição social pagos		-	(196.998.953)	-	(228.349.145)
Outros impostos pagos		(552.722)	(264.108.687)	(2.925.372)	(259.613.752)
Juros pagos	19	(212.401.866)	(636.593.009)	(129.504.491)	(519.824.067)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		(192.478.775)	1.584.005.224	8.228.854	1.650.433.280
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado e intangível		(38.694.196)	(44.142.228)	(35.900.113)	(41.360.732)
Dividendos recebidos	23.4	2.045.047.906	92.192.488	597.494.824	101.132.612
Juros sobre capital próprio recebidos	23.4	48.882.154	-	257.687.596	-
Empréstimos recebidos	12	62.054.883	62.054.883	963.245.298	56.413.530
Aplicação de títulos e valores mobiliários		-	(187.930.237)	(50.000.000)	(583.814.596)
Resgate de títulos e valores mobiliários		-	164.645.643	151.046.825	669.154.520
Aumento de capital em controlada		(15.000.000)	-	(36.300.000)	-
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento		2.102.290.747	86.820.549	1.847.274.430	201.525.334
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos captados	19	-	235.000.000	210.566.384	1.310.566.384
Empréstimos pagos	19	-	(348.408.445)	-	(656.845.366)
Dividendos pagos	23.4	(1.857.283.865)	(1.857.283.865)	(2.000.000.000)	(2.000.000.000)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(1.857.283.865)	(1.970.692.310)	(1.789.433.616)	(1.346.278.982)
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		52.528.107	(299.866.537)	66.069.668	505.679.632
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		104.714.711	1.589.947.576	38.645.043	1.084.267.944
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		157.242.818	1.290.081.039	104.714.711	1.589.947.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Informações gerais

A State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH” ou “Companhia”), com sede à Av. Presidente Vargas, nº 955, Sala 1.601, Centro, Rio de Janeiro, Brasil é uma Companhia privada de capital fechado e foi constituída em 28 de abril de 2010, tendo como objetivo principal a participação societária em outras empresas. As controladas e controladas em conjunto nas quais a SGBH investe estão apresentadas nas Notas Explicativas nºs 3 e 4.

A Companhia é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,00001% de participação e da International Grid Holdings Limited (IGHL) com 99,9999% de participação. Estas empresas são subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2 Base de preparação e apresentação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Companhia e suas controladas também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas com as alterações relevantes ocorridas no exercício, e consideram as informações que no entendimento da administração proporcionam uma visão abrangente individual e consolidada da posição patrimonial e financeira da companhia e do desempenho de suas operações.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 10 de abril de 2023.

2.1 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, estimativa decorrente do ativo diferido sobre prejuízos fiscais, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para

contingências, compensação ambiental e impostos diferidos. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas anualmente.

2.2 **Conversão de saldos em moeda estrangeira**

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3 **Classificação circulante versus não circulante**

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; e, quando for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se representar caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal e, quando for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3 **Bases de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da SGBH e das controladas, as quais estão apresentadas a seguir:

Razão social	% de participação 31/12/2022 e 31/12/2021	Data de aquisição / constituição
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“ETEE”)	100	15/12/2010
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. (“ETIM”)	100	15/12/2010
Itumbiara Transmissora de Energia S.A. (“ITE”)	100	15/12/2010
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. (“RPTE”)	100	15/12/2010
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. (“PCTE”)	100	15/12/2010
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. (“SMTE”)	100	15/12/2010
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. (“SPTE”)	100	15/12/2010
Araraquara Transmissora de Energia S.A. (“Araraquara”)	100	14/12/2012
Catxerê Transmissora de Energia S.A. (“Catxerê”)	100	14/12/2012
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (“PPTE”)	100	14/12/2012
Linhas de Transmissão do Itatim S.A. (“Itatim”)	100	14/12/2012
Iracema de Transmissora de Energia S.A. (“Iracema”)	100	14/12/2012
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. (“MRTE”)	100	18/11/2013
Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. (“ACTE”)	100	01/07/2015
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. (“LTMTC”)	100	01/07/2015
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“XRTE”)	100	07/08/2015
Canarana Transmissora de Energia S.A. (“CNTE”)	100	27/04/2016
Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. (“PRTE”)	100	27/04/2016
State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”)	100	03/12/2018
Silvânia Transmissora de Energia S.A. (“STE”)	100	24/03/2021

Os períodos de apuração e apresentação de demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora, e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação.

As controladas têm por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia e têm a atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

O período de concessão, as características operacionais e a RAP são definidos pelo contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia de cada concessionária. Apresentamos a seguir os dados sobre os contratos de concessão das concessionárias:

Companhia	Contrato de concessão	Encerramento da concessão	RAP histórica - R\$	Atualização anual RAP	RAP ciclo 2022/2023 - R\$ (i)	RAP ciclo 2021/2022 - R\$ (ii)
ETEE	096/2000	Dezembro de 2030	52.000.000	IGP-M	183.350.989	165.593.732
ETIM	086/2002	Dezembro de 2032	26.250.000	IGP-M	70.368.334	66.541.003
ITE (iii)	001/2005	Março de 2035	98.747.358	IGP-M	216.652.831	268.674.010
RPTE (vi)	003/2007	Abril de 2037	18.499.800	IPCA	50.515.339	42.414.815
PCTE (vi)	002/2007	Abril de 2037	23.430.000	IPCA	55.222.492	47.207.188
SMTE (iii)	003/2006	Abril de 2036	66.900.000	IPCA	157.518.796	161.474.727
SPTE (vi)	007/2007	Junho de 2037	17.000.000	IPCA	60.795.201	51.140.774
Araraquara	014/2009	Fevereiro de 2039	15.463.152	IPCA	30.488.659	27.287.503
Catxerê	011/2009	Fevereiro de 2039	35.447.808	IPCA	77.222.252	69.114.306
PPTE (iii)	009/2005	Março de 2035	43.711.286	IGP-M	123.158.086	133.944.854
Itatim	007/2009	Abril de 2039	48.550.000	IPCA	88.065.493	78.819.061
Iracema	002/2008	Março de 2038	13.756.800	IPCA	33.065.368	29.593.671
MRTE	010/2014	Janeiro de 2044	11.599.380	IPCA	21.563.468	19.337.440
ACTE (v)	016/2010	Dezembro de 2040	6.420.440	IPCA	18.482.683	16.542.094
LTMC (v)	003/2010	Julho de 2040	20.916.000	IPCA	54.688.667	48.946.633
XRTE (v)	007/2015	Outubro de 2045	988.030.985	IPCA	1.577.545.572	1.411.911.255
CNTE (vi)	016/2016	Agosto de 2046	58.212.631	IPCA	81.976.959	74.360.615
PRTE (vi)	010/2016	Agosto de 2046	334.568.197	IPCA	471.525.290	428.575.599
STE (iv)	010/2021	Mai de 2051	30.186.000	IPCA	-	-

- (i) A RAP atualizada para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 foi aprovada em 12 de julho de 2022 de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 - ANEEL.
- (ii) A RAP atualizada para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022 foi aprovada em 13 de julho de 2021 de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 - ANEEL.
- (iii) De acordo com os contratos de concessão, a partir do 16º (décimo sexto) ano de operação comercial, a Receita Anual Permitida da Transmissora será reduzida.
- (iv) A STE foi adquirida através do leilão ANEEL 001/2020 firmado conforme contrato de concessão assinado em 14 de maio de 2021 e não possui RAP para os ciclos 2021/2022 e 2020/2021 pois encontra-se em fase pré-operacional. A Administração prevê a entrada em operação para novembro de 2023.
- (v) Em 22 de Junho de 2021, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.050/2022, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) da Receita Anual Permitida (RAP) dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 79,99% (ACTE), 12,96% (LTMC) devendo ser aplicados sobre as parcelas das novas instalações da Rede Básica – RBNI, das Demais Instalações de Transmissão autorizadas – RCDM, das Melhorias – RMEL. E o índice de reposicionamento nominal de 16,67% (ACTE), 12,43% (XRTE), 17,67% (LTMC) relativos às receitas ofertadas no Leilão devendo ser aplicados sobre as parcelas das instalações da Rede Básica – RBL e, quando for o caso, sobre as Demais Instalações de Transmissão – RPEC.

- (vi) Em 21 de Junho de 2022, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 3.050/2022, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) da Receita Anual Permitida (RAP) dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 33,31% (RPTE), de 385,83% (PCTE), de 18,9% (SPTE) e 53,79% (PRTE), devendo ser aplicados sobre as parcelas das novas instalações da Rede Básica – RBNI, das Demais Instalações de Transmissão autorizadas – RCDM, das Melhorias – RMEL. E o índice de reposicionamento nominal de 17,09% (RPTE), 16,8% (PCTE), 16,28% (SPTE), 10,24% (CNTE) e 9,9% (PRTE) relativos às receitas ofertadas no Leilão devendo ser aplicados sobre as parcelas das instalações da Rede Básica – RBL e, quando for o caso, sobre as Demais Instalações de Transmissão – RPEC.

4 Controladas em conjunto

As controladas em conjunto são as entidades nas quais a SGBH não exerce o controle individualmente, o controle operacional e financeiro é compartilhado com os demais acionistas destas. Assim, mesmo com participação de 51%, a SGBH não consolida as controladas em conjunto. Esses investimentos são registrados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo.

As controladas em conjunto nas quais a SGBH possui participação são sociedades de propósitos específicos (SPEs) que têm como principal atividade a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, da mesma forma que as controladas da SGBH.

Razão social	% participação 31/12/2022 e 31/12/2021
Luiziânia Niquelândia Transmissora S.A. (“Luiziânia”) (i)	51
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. (“Guaraciaba”) (ii)	51
Matrinchã Transmissora de Energia S.A. (“Matrinchã”) (iii)	51
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. (“Paranaíba”) (iv)	51
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. (“Belo Monte”) (v)	51

- (i) Em 29 de setembro de 2011, a Luiziânia foi constituída a partir do Consórcio Luiziânia-Niquelândia, que foi o vencedor do Lote H do Leilão de Transmissão nº 06/2011, realizado pela Aneel em 16 de dezembro de 2011, em conjunto com a Furnas Centrais Elétricas S.A., com participação de 49%.

O Lote H está composto pela Subestação Niquelândia e Subestação Luiziânia. Houve autorização para iniciar a operação da Subestação Luiziânia em 9 de junho de 2014, tendo os equipamentos sido, efetivamente, energizados em 19 de julho de 2014, após o fim do período restritivo estabelecido pelo ONS, em função da Copa do Mundo de Futebol. Já a SE Niquelândia teve sua entrada em operação no dia 12 de agosto de 2015.

- (ii) A Guaraciaba foi constituída em 14 de março de 2012, a partir do Consórcio Guaraciaba, que foi o vencedor do Lote B do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela Aneel em 9 de março de 2012, em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 49%.

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 013/2012 em 10 de maio de 2012, o qual dispõe que o início da operação comercial ocorreria em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10 de janeiro de 2015. Porém, devido a assuntos operacionais, o cronograma não foi alcançado na data prevista. Durante o exercício de 2016, todas as linhas de transmissão entraram em operação, tendo sido a última em 9 de dezembro de 2016.

- (iii) A Matrinchã foi constituída em 14 de março de 2012, a partir do Consórcio Matrinchã, que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela Aneel em 9 de março de 2012, em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 49%.

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 012/2012 em 10 de maio de 2012, o qual dispõe que o início da operação comercial ocorreria em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10 de janeiro de 2015. Porém, devido a assuntos operacionais, o cronograma não foi alcançado na data prevista. Todos os trechos da Companhia já estão em operação, tendo sido os Lotes A2 e A3 os últimos a entrar em operação em 29 de julho de 2016.

- (iv) Em 21 de dezembro de 2012, a Paranaíba foi constituída, a partir do Consórcio Paranaíba, vencedor do lote G do Leilão de Transmissão nº 07/2012, realizado pela Aneel em 19 de dezembro de 2012, em conjunto com a Furnas Centrais Elétricas S.A., que tem participação de 24,5%, e Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 24,5%.

A Companhia concluiu com êxito, no mês de maio de 2016, a implantação da linha de transmissão Luziânia - Pirapora 2. No mês de julho de 2016, foi concluída a implantação da linha de transmissão Rio das Éguas - Luziânia. O trecho Barreiras II - Rio das Éguas teve sua implantação concluída em janeiro de 2017, representando a conclusão da implantação da totalidade do projeto.

- (v) Em 20 de março de 2014, a Belo Monte foi constituída a partir do Consórcio IE Belo Monte, vencedor do lote AB do Leilão de Transmissão nº 011/2013, realizado pela Aneel em 7 de fevereiro de 2014, em conjunto com a Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), que tem participação de 24,5%, e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte"), que tem participação de 24,5%. O consórcio saiu vencedor com deságio de 38% sobre a RAP máxima para o Lote AB, com uma RAP anual estabelecida no contrato de concessão de de R\$ 434 milhões.

O prazo de concessão da linha de transmissão é de 30 anos, contado a partir da assinatura do contrato, em 16 de junho de 2014. A BMTE entrou em operação comercial em dezembro de 2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no contrato de concessão.

5 Resumo das práticas contábeis

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

5.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da empresa o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;

- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; e
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias

5.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

5.4 Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 / IFRS 15- Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de *performance* com base nos valores relativos aos serviços prestados, caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual origina-se na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios desse ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da RAP, que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão, e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculada à *performance* de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente à passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo feito através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da infraestrutura” como um ativo contratual, por terem direito à contraprestação ainda condicionados à satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), registrados na conta “Impostos diferidos” no passivo não circulante.

5.5 Investimentos em controladas e controladas em conjunto

O investimento da Companhia em suas controladas é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2)/ IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, para fins de demonstrações financeiras da controladora e consolidadas.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função de o ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível.

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

5.6 Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área Administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (os quais têm seu resultado registrado na nota de outras receitas e despesas operacionais nas Controladas) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, reconhece-se essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

5.7 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: *softwares*, *serviços* e por *ágios* gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia.

5.8 Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

5.9 Propriedade para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição existente à época em que o custo for incorrido, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor de custo, que reflete as condições de mercado na data do balanço.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou, desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a SGBH contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

5.10 Impostos

Impostos incidente sobre a receita da transmissão de energia elétrica

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquotas de 1,65% e 0,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6% e 3%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Impostos correntes

Para as controladas CNTE, ETEE, IRTE, ITE, LTI, PPTE, PRTE, SMTE, SGBH e XRTE a tributação ocorre pela sistemática do Lucro Real que considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

Para as controladas ETIM, MRTE, Araraquara, RPTE, PCTE, LTMC, SPTE, Catxerê, ACTE, SGSE e STE, a tributação do IRPJ e da CSLL ocorre pela sistemática do Lucro Presumido.

Dessa forma, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL, para empresas controladas que tributam pelo regime de Lucro Presumido, é determinada mediante à aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicado a alíquota do IRPJ de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no trimestre e a CSLL à alíquota de 9%.

A única exceção ocorre na empresa SGSE que possui as alíquotas de presunção de 32% para IRPJ e 32% para CSLL

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

5.11 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente

registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

5.13 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

5.14 Assistências governamentais

O incentivo fiscal da Sudam consiste na redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis devidos, calculados sobre o lucro da exploração.

5.15 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

5.16 Receita operacional

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- (a) **Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e Cofins ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à receita de construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (b) **Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de

concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

- (c) **Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que têm início após o término da fase de construção e que visa à não interrupção da disponibilidade dessas instalações.
- (d) **Receita de aluguel** - A receita de aluguel é registrada em conformidade com o regime contábil de competência e de acordo com a perspectiva de realização.

5.17 Instrumentos financeiros

a. *Ativos financeiros*

Classificação e mensuração - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A

Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

5.18 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5.19 Transações com partes relacionadas

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços e mútuos, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

6 Reapresentação dos saldos comparativos

No exercício de 2022, a Companhia envolveu-se em discussão técnica contábil em relação aos impactos da Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) no cálculo do CPC47 / IFRS 15 - Ativo de Contrato das controladas XRTE, ACTE e LTMC.

A Companhia revisitou a metodologia utilizada decorrente dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e identificou-se a necessidade de mudança na projeção do RAP pelos próximos 5 anos, a partir de 2021, devido ao efeito da RTP nesse ciclo. Diante disso, como consequência dos ajustes de premissas no CPC47/ IFRS 15 - Ativo de Contrato, houve a necessidade de alteração também nos cálculos dos impostos diferidos nas Companhias e na controlada XRTE, também ajustou-se a apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e houve a necessidade de alteração também nos cálculos dos impostos diferidos após correção da base de prejuízos fiscais. Com a reabertura, a controladora SGBH refletiu os referidas alterações na equivalência patrimonial e nos saldos correlatos consolidados, ora reapresentados.

Observou-se também, a necessidade de mudança na equivalência patrimonial da controlada em conjunto Paranaíba Transmissora de Energia S.A., cujas demonstrações financeiras anteriormente emitidas foram reapresentadas para correção de erros decorrentes de reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias.

Adicionalmente, conforme as orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro”, a Companhia procedeu com a reapresentação de forma retrospectiva decorrente de erro identificado na aplicação das premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A seguir os impactos dos ajustes em 31 de dezembro de 2021:

Balanco Patrimonial	Ref	31/12/2021			31/12/2021		
		Controladora			Consolidado		
		Original	Ajustes	Ajustado	Original	Ajustes	Ajustado
Ativo							
Ativo circulante							
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(i)	107.010.391	-	107.010.391	237.856.999	(782.453)	237.074.546
Ativo de Contrato	(i)	-	-	-	2.677.237.016	82.131.836	2.759.368.852
Dividendos a receber	(i) e (ii)	93.631.064	9.788.779	103.419.843	91.166.194	9.689.452	100.855.646
Demais ativos circulantes não impactados		199.939.955	-	199.939.955	2.138.132.131	-	2.138.132.131
		400.581.410	9.788.779	410.370.189	5.144.392.340	91.038.835	5.235.431.175
Ativo não circulante							
Ativo de Contrato	(i)	-	-	-	19.314.463.651	82.528.307	19.396.991.958
Investimentos	(i) e (ii)	16.537.298.201	222.667.621	16.759.965.822	3.838.850.749	31.108.234	3.869.958.983
Demais ativos não circulantes não impactados		1.027.620.479	-	1.027.620.479	1.808.673.468	-	1.808.673.468
		17.564.918.680	222.667.621	17.787.586.301	24.961.987.868	113.636.541	25.075.624.409
Total do ativo		17.965.500.090	232.456.400	18.197.956.490	30.106.380.208	204.675.376	30.311.055.584

Balanco Patrimonial	Ref	31/12/2021			31/12/2021		
		Controladora			Consolidado		
		Original	Ajustes	Ajustado	Ajustes	Ajustado	
Passivo							
Passivo circulante							
Dividendos propostos	(i) e (ii)	10.978.455	2.216.241	13.194.696	10.978.455	2.216.241	13.194.696
Demais passivos circulantes não impactados		25.617.539	-	25.617.539	861.439.681	-	861.439.681
		36.595.994	2.216.241	38.812.235	872.418.136	2.216.241	874.634.377
Passivo não circulante							
Impostos diferidos	(i) e (iii)	152.351.021	-	152.351.021	4.383.112.353	(27.781.024)	4.355.331.329
Demais passivos não circulantes não impactados		5.741.416.617	-	5.741.416.617	12.815.713.261	0	12.815.713.261
		5.893.767.638	-	5.893.767.638	17.198.825.614	(27.781.024)	17.171.044.590
Patrimônio líquido							
Capital social		9.787.203.751	-	9.787.203.751	9.787.203.751	-	9.787.203.751
Reserva legal	(i) e (ii)	210.890.756	11.622.820	222.513.576	210.890.756	11.622.820	222.513.576
Reserva de lucros	(i), (ii) e (iii)	1.857.283.865	219.407.952	2.076.691.817	1.857.283.865	219.407.952	2.076.691.817
Reserva de incentivos fiscais	(i) e (ii)	179.758.086	(790.613)	178.967.473	179.758.086	(790.613)	178.967.473
		12.035.136.458	230.240.159	12.265.376.617	12.035.136.458	230.240.159	12.265.376.617
Total do passivo e do patrimônio líquido		17.965.500.090	232.456.400	18.197.956.490	30.106.380.208	204.675.376	30.311.055.584

State Grid Brazil Holding S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Demonstração das mutações do patrimônio líquido		Ref	31/12/2021		
			(Original)	Controladora e Consolidado Ajustes	(Ajustado)
Capital social			9.787.203.751	-	9.787.203.751
Reserva legal	(i) e (ii)		210.890.756	11.622.820	222.513.576
Retenção de Lucros	(i), (ii) e (iii)		1.857.283.865	219.407.952	2.076.691.817
Reserva de incentivos fiscais	(i) e (ii)		179.758.086	(790.613)	178.967.473
			12.035.136.458	230.240.159	12.265.376.617

Demonstração do resultado		Ref	31/12/2021			31/12/2021		
			Original	Controladora Ajustes	Ajustado	Original	Consolidado Ajustes	Ajustado
Receita operacional líquida	(i)		8.418.664	-	8.418.664	3.219.655.518	150.056.836	3.369.712.354
Equivalência patrimonial	(i) e (ii)		1.717.118.545	232.456.400	1.949.574.945	290.742.437	40.797.685	331.540.122
Outros			(495.324.875)	-	(495.324.875)	(1.739.139.531)	-	(1.739.930.150)
IRPJ e CSLL Correntes	(i)		-	-	-	(189.690.910)	8.166	(189.682.744)
IRPJ e CSLL Diferidos	(i) e (iii)		(1.512.528)	-	(1.512.528)	(352.867.708)	42.384.332	(310.483.376)
Lucro líquido do exercício			1.228.699.806	232.456.400	1.461.156.206	1.228.699.806	232.456.400	1.461.156.206

Demonstração do Fluxo de Caixa		Ref	31/12/2021			31/12/2021		
			Original	Controladora Ajustes	Ajustado	Original	Consolidado Ajustes	Ajustado
Fluxo de caixa das atividades operacionais								
Lucro antes dos impostos			1.230.212.334	232.456.400	1.462.668.734	1.771.258.424	190.063.902	1.961.322.326
Itens de resultado que não afetam o caixa			431.513.902	-	431.513.902	1.417.721.827	-	1.417.721.827
Equivalência patrimonial	(ii)		(1.717.118.545)	(232.456.400)	(1.949.574.945)	(290.742.437)	(40.797.685)	(331.540.122)
(Aumento) redução nos ativos operacionais	(i)		200.229.469	-	200.229.469	(389.814.969)	(163.877.691)	(553.692.660)
(Redução) aumento nos passivos operacionais	(i)		(4.178.443)	-	(4.178.443)	162.345.355	14.611.474	176.956.829
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais			140.658.717	-	140.658.717	2.670.768.200	-	2.670.768.200
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais			8.228.854	-	8.228.854	1.650.433.280	-	1.650.433.280
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento			1.847.274.430	-	1.847.274.430	201.525.334	-	201.525.334
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento			(1.789.433.616)	-	(1.789.433.616)	(1.346.278.982)	-	(1.346.278.982)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa			66.069.668	-	66.069.668	505.679.632	-	505.679.632

- (i) Impacto do recálculo do IFRS 15- ativo de contrato devido a Revisão Tarifária Periódica (“RTP”)
- (ii) Impacto do ajuste da equivalência patrimonial da controlada em conjunto Paranaíba Transmissora de Energia S.A e das controladas XRTE, ACTE e LTMC.
- (iii) A Companhia identificou um erro de período anterior no cálculo dos impostos diferidos ativos da XRTE devido a inconsistências entre suas obrigações acessórias e os registros contábeis efetuados. A Companhia efetuou a correção de sua base de prejuízo fiscal, resultando no reconhecimento de um ativo fiscal diferido de R\$ 87 milhões sobre os saldos iniciais de 2020 no patrimônio líquido e R\$ 7 milhões no resultado de 2021. A Companhia concluiu que o impacto dos períodos anteriores não teve efeito material nas demonstrações financeiras e não está apresentando terceira coluna, de acordo com os requisitos do IAS 1.40A.

7 **Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes – (alteração do CPC 26 (R1)) - As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao CPC 26 (R1) e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

- a) **Definição de Política Contábil de “estimativas contábeis”** – (alteração do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro): A alteração na norma tem objetivo de mudar o conceito de “estimativas contábeis” no lugar de “mudança nas estimativas contábeis”, destacando o conceito de estimativa e suas normas aplicáveis. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia avaliou as alterações contidas no referido CPC e não foi identificado nenhum impacto nas avaliações internas sobre apurações das estimativas para 31 de dezembro de 2022.
- b) **Divulgações de Políticas Contábeis** – (alterações ao CPCs 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros, CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria e CPC 21 – Demonstração Intermediária): A mudança se refere a inclusão da definição de “políticas contábeis” e a substituição deste termo para “informação de política contábil, a atrelando a materialidade de seus saldos e sua a razoabilidade na influencia nas decisões que os principais usuários das demonstrações contábeis para fins gerais tomam com base. Caso a entidade entender que precise divulgar informações de política contábil imateriais, tais informações não devem obscurecer as informações de política contábil relevantes; e informar nas demonstrações contábeis a conclusão da entidade de que as informações de política contábil são imateriais e não afetam os requisitos de divulgação relacionados estabelecidos em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.
- c) **Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação** – (alteração no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro): A alteração deste pronunciamento técnico se refere ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo diferido onde deve ser levado em conta se há ocorrência de diferença temporária igualmente tributável e dedutível, sendo estes decorrentes a uma única transação para transações que ocorram em ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.
- d) **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- (i) Adiamento da Isenção temporária do CPC 48 no CPC 11 – Contratos de Seguro (alterações dos CPC 48/ IFRS 9 e CPC 11);
- (ii) Alterações na norma internacional IFRS 17 – Insurance Contracts – (alteração ao CPC 50 – Contratos de Seguro)

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022		31/12/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa	-	-	6.990	22.854
Bancos	915.508	84.721.191	375.593	126.984.191
Aplicações financeiras (i)	<u>156.327.310</u>	<u>1.205.359.848</u>	<u>104.332.128</u>	<u>1.462.940.531</u>
	<u>157.242.818</u>	<u>1.290.081.039</u>	<u>104.714.711</u>	<u>1.589.947.576</u>

A Companhia e suas controladas estruturaram as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e fundos de investimentos que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem nenhum deságio em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração média de 102,85% do CDI em 2022 e de 104,11% do CDI em 2021.

- (i) A redução nos saldos consolidados referem-se principalmente a pagamentos de juros do empréstimo com a SGID, maiores pagamentos de impostos no exercício de 2022 e menores valores de financiamentos captados. O aumento na controladora se deve a sobra de caixa aplicadas em função principalmente a maiores valores recebidos de dividendos no exercício de 2022.

9 Títulos e valores mobiliários

Conta reserva	31/12/2022	31/12/2021
LTMC	2.575.812	1.802.712
ITE	1.454.793	-
ITATIM	5.080.366	-
MRTE	4.067.736	6.237.059
PPTE	8.020.029	2.107.159
XRTE	160.422.521	139.102.092
CNTE	4.675.773	4.657.807
PRTE	21.571.463	21.422.005

Conta reserva	31/12/2022	31/12/2021
	<u>207.868.493</u>	<u>175.328.834</u>
Circulante	-	-
Não circulante	207.868.493	175.328.834

LTMC

Os saldos apresentados como não circulante são para atender as exigências referente as garantias reais do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples da Linhas de Transmissão Montes Claros S.A.

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor dos Debenturistas uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida e mais 50% da última prestação mensal de juros e demais acessórios decorrentes da dívida.

Em 2022, O percentual de amortização aumentou de 0,0575% para 0,20485% de 2021 para 2022, consequentemente aumentando o valor do depósito em garantia.

ITE

O saldo apresentado como não circulante é referente ao depósito efetuado em conta específica, vinculada ao benefício de reinvestimento do IRPJ (SUDAM/SUDENE) que foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do Despacho Decisório EBEN-DEVAT07/SRRF07/RFB nº 23/2022 de março de 2022.

ITATIM

O saldo apresentado como não circulante refere-se ao saldo mínimo exigido pelo BNDES durante o prazo de financiamento. A Companhia já quitou integralmente o empréstimo com o BNDES, porém ainda ficaram algumas ações pendentes referentes ao projeto social. Diante disso, o BNDES não emite o termo de quitação e por isso não conseguimos fazer o resgate desta conta, devendo permanecer no não circulante até resolução das pendências

MRTE

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais que suportam a Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures da MRTE (nota explicativa 9).

Durante todo o prazo do contrato, caso a MRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor dos debenturistas uma conta reserva, com recursos vinculados, contendo até 14 de dezembro de 2021 (exclusive), o valor equivalente a 100% dos Juros Remuneratórios devidos na data de pagamento imediatamente subsequente e a partir desta data o valor equivalente a 100% da amortização da parcela do Valor Nominal Atualizado devida na data de amortização imediatamente subsequente e mais 100% dos Juros Remuneratórios devidos na data de pagamento imediatamente subsequente. No caso do Índice de Cobertura da Dívida esteja abaixo de 1,2 (um inteiro e dois décimos), a Companhia deverá depositar na Conta de Complementação do ICSD o valor necessário para que o índice atinja o valor mínimo de 1,2 (um inteiro e dois décimos). Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter uma vez o valor do pagamento dos Juros Remuneratórios decorrentes da dívida, conforme previsto.

Variação de um exercício para outro se deve ao aumento de amortização da dívida conforme cronograma, e consequentemente aumentando o saldo da conta reserva.

PPTE

Os saldos apresentados como não circulante são para atender as exigências referente as garantias reais do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A..

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor dos Debenturistas uma Conta Vinculada das Debêntures. Esta conta deverá ser preenchida mensalmente pelo Banco Depositário com o valor correspondente a 1/6 (um sexto) do valor projetado para pagamento da próxima parcela vincenda de principal, acrescido dos juros remuneratórios das debêntures, conforme apuração feita pela Agente Fiduciário no primeiro dia útil do sexto mês

anterior à cada data de pagamento. Todos os recursos depositados na Conta Vinculada das Debêntures serão utilizados, semestralmente, para amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures e/ou para o pagamento dos Juros Remuneratórios.

A partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, caso, em qualquer período de apuração, os Índices Financeiros (ICSD mínimo de 1,20 e a métrica “Dívida Financeira Líquida/EBITDA” inferior a 3,50) não estejam de acordo com os valores previstos na Escritura de Emissão, a Companhia deverá depositar o valor a ser indicado pelo Agente Fiduciário na Conta Vinculada das Debêntures para que tal valor seja adicionado à geração de caixa e os Índices atinjam os valores mínimos exigidos. Em 31 de dezembro de 2022, o índice de cobertura da dívida estava de acordo com o índice exigido em contrato.

XRTE

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) .

Durante todo o prazo do contrato, caso a XRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos), a XRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

CNTE

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Durante todo o prazo do contrato, caso a CNTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a CNTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2022, o índice de cobertura da dívida foi superior a 1,2 (um inteiro e dois décimos) e, portanto, o saldo da conta reserva constituída é equivalente a três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

PRTE

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Durante todo o prazo do contrato, caso a PRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a PRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

10 Concessionárias e permissionárias

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	328.323.932	311.676.934
Vencidas até 30 dias	822.268	7.418.539
Vencidas até 60 dias	426.145	765.978
Vencidas até 90 dias	586.840	594.212
Vencidas há mais de 90 dias	<u>32.575.633</u>	<u>14.932.871</u>
Total	362.734.818	335.388.534
Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (i)	<u>(21.123.634)</u>	<u>(2.423.896)</u>
	<u>341.611.184</u>	<u>332.964.638</u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(2.423.896)	(4.764.136)
Reversão	356.668	2.563.670
Provisão (i)	<u>(19.056.406)</u>	<u>(223.430)</u>
Saldo final	<u>(21.123.634)</u>	<u>(2.423.896)</u>

(i)Variação refere-se ao aviso de crédito (AVC) complementar do grupo Quinturaré ainda não recebidos.

11 Impostos a recuperar

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado (Reapresentado)
IRPJ saldo negativo (i)	97.968.351	154.767.654	106.241.108	199.539.938
CSLL saldo negativo (i)	767.739	20.421.284	767.739	35.281.459
IRPJ antecipado	-	-	-	136.829
CSLL antecipado	-	-	-	49.258
IR a recuperar (ii)	8.627.807	10.575.491	1.544	1.409.580
CSLL a recuperar	-	850.220	-	657.482
	<u>107.363.897</u>	<u>186.614.649</u>	<u>107.010.391</u>	<u>237.074.546</u>

Outros impostos a recuperar

	31/12/2022		31/12/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
PIS	118.587	561.410	118.587	614.868
COFINS	87.311	2.122.017	87.311	2.366.873
CSLL retido	-	477.217	-	29.525
IR s/ aplicações financeiras	-	8.366.260	-	12.273
INSS	-	5.552.918	-	5.335.038
Outros	2.706	1.923.009	2.706	440.973
	208.604	19.002.831	208.604	8.799.550

- (i) A variação é referente a utilização dos créditos do saldo negativo de IRPJ e CSLL do ano corrente.
- (ii) A variação refere-se ao IR sobre Juros sobre capital próprio de 2021 que foi compensado dentro da mesma competência, enquanto o de 2022 será compensado no próximo exercício.

12 Empréstimos a receber (controladora e consolidado)

a. Total do empréstimo a receber

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2022		31/12/2021	
					Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Eletronorte (i)	dez/15	jan/27	Eletrobrás	10% a.a.	337.223.976	337.223.976	369.537.850	369.537.850
Furnas (ii)	dez/15	jan/27	Eletrobrás	10% a.a.	337.227.104	337.227.104	369.541.278	369.541.278
					674.451.080	674.451.080	739.079.128	739.079.128
Circulante					95.113.636	95.113.636	91.481.313	91.481.313
Não circulante					579.337.444	579.337.444	647.597.815	647.597.815

b. Movimentação dos empréstimos a receber da controladora

Empresas	Saldo inicial	Juros e	Liquidação	Liquidação	Saldo final
	Bruto	encargos no			juros
	31/12/2021	exercício			31/12/2022
Eletronorte (i)	369.537.850	32.611.429	(33.898.006)	(31.027.298)	337.223.976
Furnas (ii)	369.541.278	32.611.732	(33.898.320)	(31.027.585)	337.227.104
	739.079.128	65.223.161	(67.796.326)	(62.054.883)	674.451.080

Empresas	Saldo inicial	Juros e	Liquidação	Liquidação	Saldo final
	Bruto	encargos no			juros
	31/12/2020	exercício			31/12/2021
Eletronorte (i)	398.914.100	35.549.053	(36.718.669)	(28.206.634)	369.537.850
Furnas (ii)	398.917.800	35.549.384	(36.719.010)	(28.206.896)	369.541.278

XRTE (iii)	1.021.103.627	16.315.188	(130.587.047)	(906.831.768)	-
	<u>1.818.935.527</u>	<u>87.413.625</u>	<u>(204.024.726)</u>	<u>(963.245.298)</u>	<u>739.079.128</u>

c. Movimentação dos empréstimos a receber do consolidado

Empresas	Saldo inicial Bruto 31/12/2021	Juros e encargos no exercício	Liquidação juros	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2022
Eletronorte (i)	369.537.850	32.611.429	(33.898.006)	(31.027.298)	337.223.976
Furnas (ii)	369.541.278	32.611.732	(33.898.320)	(31.027.585)	337.227.104
	<u>739.079.128</u>	<u>65.223.161</u>	<u>(67.796.326)</u>	<u>(62.054.883)</u>	<u>674.451.080</u>

Empresas	Saldo inicial Bruto 31/12/2020	Juros e encargos no exercício	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2021
Eletronorte (i)	398.914.100	35.549.053	(36.718.669)	-	(28.206.634)	369.537.850
Furnas (ii)	398.917.800	35.549.384	(36.719.010)	-	(28.206.896)	369.541.278
	<u>797.831.900</u>	<u>71.098.437</u>	<u>(73.437.679)</u>	<u>-</u>	<u>(56.413.530)</u>	<u>739.079.128</u>

(i) Eletronorte

O Contrato tem por objeto a concessão de recursos para a Eletronorte no período de implantação/construção do empreendimento referente a controladas em conjunto Belo Monte. A Companhia efetuou empréstimos no valor de R\$ 158.872.000 (cento e cinquenta e oito milhões oitocentos e setenta e dois mil reais) em 2016 e R\$ 135.828.000 (cento e trinta e cinco milhões , oitocentos e vinte e oito mil reais) em 2015.

Os juros dos referidos empréstimos serão calculados *pro rata tempore*, aplicáveis sobre cada uma das parcelas liberadas. Os juros serão capitalizados *pro rata tempore*, durante o período de carência, calculados da data de cada liberação. O principal da dívida deverá ser pago em 20 prestações constantes, semestrais e sucessivas.

Em 2021 foi recebido de principal o valor de R\$ 28.206.634 (vinte e oito milhões, duzentos e seis mil e seiscentos e trinta e quatro reais) e juros o valor de R\$ 36.718.669 (trinta e seis milhões, setecentos e dezoito mil, seiscentos e sessenta e nove reais).

Em 2022 foi recebido de principal o valor de R\$ 31.027.298 (trinta e um milhões, vinte e sete mil e duzentos e noventa e oito reais) e juros o valor de R\$ 33.898.006 (trinta e três milhões, oitocentos e noventa e oito mil, seis reais).

(ii) Furnas

O Contrato tem por objeto a concessão de recursos para a Furnas no período de implantação/construção do empreendimento referente a controladas em conjunto Belo Monte. A Companhia efetuou empréstimos no valor de R\$ 158.872.000 (cento e cinquenta e oito milhões oitocentos e setenta e dois mil reais) em 2016 e R\$ 135.828.000 (cento e trinta e cinco milhões , oitocentos e vinte e oito mil reais) em 2015.

Os juros dos referidos empréstimos serão calculados *pro rata tempore*, aplicáveis sobre cada uma das parcelas liberadas. Os juros serão capitalizados *pro rata tempore*, durante o período de carência, calculados da data de cada liberação. O principal da dívida deverá ser pago em 20 prestações constantes, semestrais e sucessivas.

Em 2021 foi recebido de principal o valor de R\$ 28.206.896 (vinte e oito milhões, duzentos e seis mil e oitocentos e noventa e seis reais) e juros o valor de R\$ 36.719.010 (trinta e seis milhões, setecentos e dezenove mil e dez reais)

Em 2022 foi recebido de principal o valor de R\$ 31.027.585 (trinta e um milhões, vinte e sete mil e quinhentos e oitenta e cinco reais) e juros o valor de R\$ 33.898.320 (trinta e três milhões, oitocentos e noventa e oito mil e trezentos e vinte reais)

(iii) XRTE

Em 13 de julho de 2018, em assembleia geral extraordinária, a controlada Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“XRTE”) deliberou as condições de sua terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH”) a destinatária das debêntures (debenturista). Tendo como principais características: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 30 de abril de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 440.000 (quatrocentas e quarenta mil) debêntures, no valor de R\$ 440.000.000 (quatrocentos e quarenta milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu no dia 16 de julho de 2018.

Em 31 de julho de 2018, foram deliberadas as condições de sua quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH”) a destinatária das debêntures (debenturista). Tendo como principais características: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 30 de abril de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 790.000 (setecentas e noventa mil) debêntures, no valor de R\$ 790.000.000,00 (setecentos e noventa milhões de reais); com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu em 2 de agosto de 2018 no valor de R\$ 360.000.000 (trezentos e sessenta milhões de reais), 27 de agosto de 2018 no valor de R\$ 300.000.000 (trezentos milhões de reais) e 3 de setembro de 2018 no valor de 130.000.000 (cento e trinta milhões de reais). As destinações dos recursos tiveram como finalidade investimentos, contratação de serviços e liquidação/amortização de dívidas relacionadas à implantação das instalações de transmissão descritas no Contrato de Concessão nº 07/2015 - Aneel. Essas operações foram aprovadas pela Aneel através do Despacho nº 1465, datado de 3 de julho de 2018.

Em janeiro de 2019, a XRTE pagou parcialmente seu empréstimo, amortizando R\$ 130.000.000 (cento e trinta milhões de reais) da dívida total.

Em 20 de dezembro de 2019, foram deliberadas as condições de sua sexta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH”) a Companhia destinatária das debêntures (debenturista). As principais características são: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 26 de dezembro de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 200.000 (duzentos mil) debêntures, no valor de R\$ 200.000.000 (duzentos milhões de reais); com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu no dia 03 de janeiro de 2020.

Em 30 de abril de 2020, foi realizada a assembleia geral extraordinária, tendo deliberado a alteração de termo e condição das debêntures objeto das 3ª e 4ª emissões de debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, entre a XRTE, na qualidade de emissora das debêntures e a SGBH, na qualidade de debenturista. Os acionistas resolveram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, inclusive tendo aval do debenturista, a alteração da data de vencimento, de modo que as debêntures passarão a ter prazo de vencimento final em 31 de dezembro de 2021.

Em 14 de outubro de 2020, o BNDES aprovou a utilização de recursos da Receita Anual Permitida (“RAP”) extraordinária, provenientes da antecipação da operação comercial do projeto, para quitação de empréstimo de curto prazo obtido com o acionista State Grid Brazil Holding S.A. até o valor de R\$423.000.000 (quatrocentos e vinte e três milhões de reais).

Em 5 de novembro de 2020, a XRTE pagou parcialmente a terceira emissão de debênture simples, amortizando R\$ 193.168.232 (cento e noventa e três milhões, cento e sessenta e oito mil e duzentos e trinta e dois reais) da dívida total e quitou integralmente as debêntures emitidas em 2020 no valor de R\$ 200.000.000 (duzentos milhões de reais) e juros no valor de R\$ 29.831.767 (vinte e nove milhões, oitocentos e trinta e um mil, setecentos e sessenta e sete reais), conforme aprovado pelo BNDES.

No dia 15 de julho de 2021, a Companhia quitou integralmente o empréstimo das Debêntures com a SGBH no valor de R\$ 906.831.768 (novecentos e seis milhões, oitocentos e trinta e um mil, setecentos e sessenta e oito reais) de principal e R\$ 130.587.047 (cento e trinta milhões, quinhentos e oitenta e sete mil e quarenta e sete reais) de juros.

13 Ativo de contrato

	31/12/2022	31/12/2021
		(Reapresentado)
Circulante	2.598.938.610	2.759.368.852
Não circulante	<u>20.092.389.540</u>	<u>19.396.991.958</u>
	<u><u>22.691.328.150</u></u>	<u><u>22.156.360.810</u></u>

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	21.623.432.582
Receita de construção (i)	18.301.833
Receita de O&M (ii)	565.124.108
Receita de remuneração (iii)	2.779.459.438
Recebimentos (iv)	(2.827.889.081)
Imobilizado em curso (v)	<u>(2.068.070)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	<u>22.156.360.810</u>
Circulante	2.759.368.852
Não circulante	19.396.991.958
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	22.156.360.810
Receita de construção (i)	418.588.659
Receita de O&M (ii)	618.119.102
Receita de remuneração (iii)	2.838.093.723
Recebimentos (iv)	(3.330.850.132)
Imobilizado em curso (v)	<u>(8.984.012)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>22.691.328.150</u>
Circulante	2.598.938.610
Não circulante	20.092.389.540

- (i) O aumento em 2022 refere-se a receita de construção da controlada STE devido a pré-operação da empresa com aquisição de equipamentos e contratação de serviços para a construção do empreendimento, novo projeto de reforço da controlada IRTE referente ao seccionamento da linha de transmissão da subestação Milagres II conforme resolução autorizativa 8677/2020, novo projeto de reforço da controlada LTMC na subestação Padre Fialho conforme resolução autorizativa 9289/20, no investimento com o projeto de reforço da controlada PPTE, na subestação nova porto primavera do primeiro reator de barra de 500 kv conforme resolução autorizativa 9933/21, no investimento com o projeto de reforço da controlada SMTE, na subestação Luziânia do 3º reator de barra de 500kv conforme resolução autorizativa 9932/21 e na controlada ATE refere-se à implantação dos reforços em instalação de transmissão do primeiro reator de barra 500kv conforme resolução autorizativa 9.994/21.

- (ii) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção (IPCA ou IGPM).
- (iii) Variação devido ao aumento do saldo de ativo contratual que conseqüentemente aumenta a receita de remuneração.
- (iv) O cálculo da linha de recebimentos é feito através da subtração da RAP homologada no ciclo mais o ajuste calculado da diferença entre a RAP do modelo da adoção contra a RAP homologada.
- (v) O aumento em 2022 refere-se substancialmente a adiantamentos pré-operacionais da Silvânia decorrente da realização de compra de material com entrega futura conforme contrato STE STEPM20214380 e implementação de novo projeto de reforço nas controladas ATE e IRTE iniciados em 2022.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e as controladas da Companhia (Operadoras), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador.
- A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

14 Investimentos (controladora e consolidado)

14.1 Informações financeiras sobre as investidas

	31/12/2022				
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Controladas					
ETEE	556.076.905	146.194.084	409.882.821	148.173.335	90.779.532
ETIM	237.989.645	22.785.467	215.204.178	57.430.155	43.930.417
ITE	835.041.979	230.602.019	604.439.960	148.392.231	104.590.463
RPTE	299.808.677	23.063.630	276.745.047	29.897.681	20.833.252

State Grid Brazil Holding S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2022*

PCTE	269.616.486	20.318.445	249.298.041	29.107.042	16.128.297
SMTE	746.865.915	185.315.074	561.550.841	105.272.116	55.005.191
SPTE	335.619.751	26.065.674	309.554.077	44.342.398	33.161.338
PPTE	547.810.923	261.060.245	286.750.678	108.802.839	36.936.338
Itatim	539.784.254	86.141.549	453.642.705	39.073.110	16.320.298
Iracema	316.529.165	31.994.911	284.534.254	49.708.466	6.694.307
Catxerê	639.549.285	57.538.020	582.011.265	72.584.423	51.137.489
Araraquara	291.853.185	27.460.160	264.393.025	56.122.954	23.376.685
MRTE	180.487.748	25.648.505	154.839.243	22.804.145	14.804.902
XRTE	13.339.021.034	9.245.341.223	4.093.679.811	1.685.636.734	572.612.767
ACTE	131.916.144	8.079.037	123.837.107	17.521.807	13.845.134
LTMC	494.572.436	125.457.819	369.114.617	105.856.787	29.929.280
CNTE	708.516.697	295.780.945	412.735.752	88.191.821	66.618.230
PRTE	4.038.049.674	1.666.430.722	2.371.618.952	506.096.996	349.136.811
SGSE	3.524.304	504.898	3.019.406	2.992.562	975.415
STE	351.040.265	313.435.634	37.604.631	261.558.186	951.052
Controladas em conjunto					
Luziânia	124.552.924	27.102.584	97.450.340	39.282.776	30.878.219
Matrinchã	3.389.085.212	1.188.353.329	2.200.731.883	231.189.969	357.268.085
Guaraciaba	1.689.065.315	656.535.279	1.032.530.036	162.824.733	195.638.593
Paranaíba	1.820.495.547	913.679.060	906.816.487	209.101.284	99.295.594
Belo Monte	8.820.448.557	4.726.962.625	4.093.485.932	954.984.920	360.022.251

	31/12/2021				
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Controladas					
ETEE	551.692.404	137.639.600	414.052.804	159.842.226	103.299.329
ETIM	237.407.632	21.977.934	215.429.698	65.499.933	59.376.611
ITE	876.090.900	261.214.674	614.876.226	189.717.620	112.017.245
RPTE	277.046.042	21.134.248	255.911.795	23.223.515	5.922.281
PCTE	252.564.559	19.394.815	233.169.744	23.942.395	836.079
SMTE	690.219.463	183.278.735	506.940.727	103.594.552	57.818.922
SPTE	318.364.735	25.669.043	292.695.693	36.385.657	19.801.510
PPTE	547.843.425	255.499.982	292.343.443	112.063.948	46.714.801
Itatim	544.514.202	61.418.501	483.095.701	67.607.334	42.117.378
Iracema	305.448.634	27.608.687	277.839.947	36.857.013	13.212.579
Catxerê	628.330.883	54.225.066	574.105.816	68.033.889	45.065.612
Araraquara	264.713.341	22.332.000	242.381.341	24.921.107	44.886.251
MRTE	180.476.980	30.429.005	150.047.974	21.879.883	12.160.278
XRTE (Reapresentado)	13.492.879.189	8.938.581.045	4.554.298.144	1.754.305.792	569.166.803
ACTE (Reapresentado)	123.706.375	7.886.691	115.819.684	17.735.441	12.626.929
LTMC (Reapresentado)	439.582.488	112.446.702	327.135.786	61.673.433	32.488.138
CNTE	683.926.823	303.244.785	380.682.038	87.148.854	55.266.543
PRTE	4.200.290.508	1.657.657.613	2.542.632.895	506.356.091	384.581.755
SGSE	2.555.713	502.456	2.053.257	-	309.686
STE	39.437.242	2.774.628	36.662.614	5.647.647	366.092
Controladas em conjunto					
Luziânia	103.405.739	25.201.351	78.204.388	18.019.111	12.270.812
Matrinchã	3.024.647.759	1.096.332.791	1.928.314.968	241.811.076	94.996.227
Guaraciaba	1.491.240.556	607.884.946	883.355.610	129.040.440	51.132.555
Paranaíba (Reapresentado)	1.746.162.286	915.058.689	831.103.597	198.048.025	82.859.107
Belo Monte	8.511.900.997	4.644.726.243	3.867.174.754	896.974.497	326.221.076

14.2 Movimentação dos investimentos

	Movimentação					Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Aportes de capital	Dividendos e JCP	Reserva Sudam	
Controladas	12.890.006.839	1.547.767.198	15.000.000	(2.010.486.112)	-	12.442.287.925
ETEE	670.107.456	90.779.532	-	(94.949.515)	-	665.937.473
ETIM	293.762.170	43.930.417	-	(44.155.937)	-	293.536.650
ITE	614.876.226	104.590.463	-	(115.026.729)	-	604.439.960
RPTE	255.911.795	20.833.252	-	-	-	276.745.047
PCTE	233.169.744	16.128.297	-	-	-	249.298.041
SMTE	506.940.727	55.005.191	-	(395.077)	-	561.550.841
SPTE	292.695.693	33.161.338	-	(16.302.954)	-	309.554.077
PPTE	335.787.833	36.936.338	-	(42.529.103)	-	330.195.068
Itatim	483.095.701	16.320.298	-	(45.773.294)	-	453.642.705
Iracema	277.839.947	6.694.307	-	-	-	284.534.254
Catxerê	574.105.816	51.137.489	-	(43.232.040)	-	582.011.265
Araraquara	242.381.341	23.376.685	-	(1.365.001)	-	264.393.025
MRTE	150.047.974	14.804.902	-	(10.013.633)	-	154.839.243
XRTE	4.554.298.143	572.612.767	-	(1.033.231.099)	-	4.093.679.811
ACTE	115.819.683	13.845.134	-	(5.827.710)	-	123.837.107
LTMTC	327.135.786	29.929.280	15.000.000	(2.950.449)	-	369.114.617
CNTE	380.682.038	66.618.230	-	(34.564.516)	-	412.735.752
PRTE	2.542.632.895	349.136.811	-	(520.150.754)	-	2.371.618.952
SGSE	2.053.257	975.415	-	(9.266)	-	3.019.406
STE	36.662.614	951.052	-	(9.035)	-	37.604.631
Controladas em conjunto	3.869.958.983	531.982.397	-	(154.038.944)	915.049	4.248.817.485
Luziânia	39.885.030	15.747.891	-	(5.933.248)	-	49.699.673
Matrinchã	983.440.633	182.206.723	-	(43.274.097)	-	1.122.373.259
Guaraciaba	450.511.360	99.775.682	-	(23.696.725)	-	526.590.317
Paranaíba	423.862.836	50.640.753	-	(12.027.179)	-	462.476.410
Belo Monte	1.972.259.124	183.611.348	-	(69.107.695)	915.049	2.087.677.826
	16.759.965.822	2.079.749.595	15.000.000	(2.164.525.056)	915.049	16.691.105.410

	Movimentação					Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Equivalência patrimonial	Aportes de capital	Dividendos e JCP	Reserva Sudam	
Controladas	11.197.057.378	1.618.034.823	692.684.384	(617.769.746)	-	12.890.006.839
ETEE	634.753.577	103.299.329	-	(67.945.450)	-	670.107.456
ETIM	282.744.984	59.376.611	-	(48.359.425)	-	293.762.170
ITE	602.938.518	112.017.245	-	(100.079.537)	-	614.876.226
RPTE	128.988.417	5.922.281	121.001.097	-	-	255.911.795
PCTE	19.005.656	836.079	213.328.009	-	-	233.169.744
SMTE	203.262.982	57.818.922	245.858.823	-	-	506.940.727
SPTE	211.885.842	19.801.510	76.196.455	(15.188.114)	-	292.695.693
PPTE	337.306.887	46.714.801	-	(48.233.855)	-	335.787.833
Itatim	491.047.270	42.117.378	-	(50.068.947)	-	483.095.701
Iracema	264.627.368	13.212.579	-	-	-	277.839.947
Catxere	565.264.321	45.065.612	-	(36.224.117)	-	574.105.816
Araraquara	206.144.047	44.886.251	-	(8.648.957)	-	242.381.341
MRTE	140.890.649	12.160.278	-	(3.002.953)	-	150.047.974
XRTE (Reapresentado)	4.093.351.818	569.166.804	-	(108.220.479)	-	4.554.298.143
ACTE (Reapresentado)	103.282.683	12.626.929	-	(89.929)	-	115.819.683
LTMTC (Reapresentado)	318.833.257	32.488.138	-	(24.185.609)	-	327.135.786
CNTE	338.069.738	55.266.543	-	(12.654.243)	-	380.682.038
PRTE	2.252.912.852	384.581.755	-	(94.861.712)	-	2.542.632.895
SGSE	1.746.512	309.686	-	(2.941)	-	2.053.257
STE	-	366.092	36.300.000	(3.478)	-	36.662.614
Controladas em conjunto	3.623.594.634	331.540.122	-	(82.820.669)	(2.355.104)	3.869.958.983
Luziânia	39.193.107	6.258.114	-	(5.566.191)	-	39.885.030
Matrinchã	951.207.700	48.448.076	-	(11.506.418)	(4.708.725)	983.440.633
Guaraciaba	430.627.188	26.077.603	-	(6.193.431)	-	450.511.360
Paranaíba (Reapresentado)	359.445.664	84.383.580	-	(20.041.101)	74.693	423.862.836
Belo Monte	1.843.120.975	166.372.749	-	(39.513.528)	2.278.928	1.972.259.124
	14.820.652.012	1.949.574.945	692.684.384	(700.590.415)	(2.355.104)	16.759.965.822

14.3 **Ágio sobre aquisição de investimentos**

Na aquisição das controladas ETIM, ETEE e PPTE, os ativos e passivos das controladas foram considerados como avaliados a valor de mercado, conforme determina o CPC 15 (R1) – IFRS 03 (IASB) em processos de combinação de negócios (*business combinations*). Desta forma, a diferença entre o preço pago pela aquisição da investida e o patrimônio líquido da investida avaliado a valor justo na data do balanço foi inteiramente alocada como investimento para fins das demonstrações financeiras da controladora. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o valor do ágio foi reclassificado para o ativo intangível. Adicionalmente, conforme determinação do CPC 01, o ágio alocado foi testado via análise de recuperabilidade frente à exigência de que o teste seja realizado anualmente.

	Movimentação do Goodwill		
	Saldo em 31/12/2021	Teste de impairment	Saldo em 31/12/2022
Controladas			
ETEE	256.054.653	-	256.054.653
ETIM	78.332.472	-	78.332.472
PPTE	43.444.390	-	43.444.390
	<u>377.831.515</u>	<u>-</u>	<u>377.831.515</u>

15 **Propriedade para investimento (controladora e consolidado)**

	31/12/2021	Transf. imobilizado	Depreciação	31/12/2022
Custo (i)	95.888.806	(12.421.529)	-	83.467.277
(-) Depreciação (i)	<u>(18.309.034)</u>	<u>2.546.342</u>	<u>(1.854.046)</u>	<u>(17.616.738)</u>
	<u>77.579.772</u>	<u>(9.875.187)</u>	<u>(1.854.046)</u>	<u>65.850.539</u>

	31/12/2020	Adições/ (baixas)	Depreciação	31/12/2021
Custo	95.888.806	-	-	95.888.806
(-) Depreciação	<u>(16.328.936)</u>	<u>-</u>	<u>(1.980.098)</u>	<u>(18.309.034)</u>
	<u>79.559.870</u>	<u>-</u>	<u>(1.980.098)</u>	<u>77.579.772</u>

- (i) Variação refere-se a mudança do percentual de divisão de ativo imobilizado e ativo para investimento conforme subdivisão do edifício pela área utilizada pela SGBH e a área utilizada para locação.

A Administração mantém parte do imóvel de 18.251,76 m², localizado na Avenida Presidente Vargas, n° 955 - Rio de Janeiro/RJ, classificada como propriedade para investimento, visto que cerca de 37,39% da área do imóvel estão destinadas para aluguel, e 62,61% de uso próprio em 31 de dezembro de 2022.

Os montantes de propriedades para investimento estão mantidos a custo histórico, deduzidos de depreciação e redução a valor recuperável, quando aplicável. O imóvel vem sendo depreciado à taxa de 2% ao ano, tendo como base laudo de avaliação de vida útil.

Para atendimento ao CPC 28 - Propriedade para investimento, a Administração efetuou a avaliação ao valor justo do imóvel em conformidade com o CPC 46 - Valor Justo. Seguem os principais aspectos do imóvel:

- Em 2021, por meio de análise interna, a Companhia identificou um novo valor médio do m² para a região central do município do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 10.868/m². Considerando o percentual de alocação de 43%, o valor justo do imóvel em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 85.488.711 (oitenta e cinco milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, setecentos e onze reais).
- Em 2022, por meio de análise de um laudo técnico foi feita a inspeção visual no local e no imóvel, e se determinou o valor justo do Edifício em R\$ 105.433.877 (cento e cinco milhões, quatrocentos e trinta e três mil e oitocentos e setenta e sete reais). Assim como identificado em 2021, o valor justo do imóvel continua superior ao custo de aquisição líquido da depreciação.
- De acordo com a hierarquia de inputs, o imóvel foi classificado como nível 3, visto que teve comparação com outros imóveis similares no mercado.

16 Imobilizado (controladora e consolidado)

As variações do imobilizado da controladora, estão demonstrados conforme segue:

	31/12/2021	Transf.	Adições/ baixas	Depreciação (*)	31/12/2022
Prédios e instalações (i)	321.137.302	12.421.529	29.087.145	-	362.645.976
Máquinas e equipamentos	3.947.069	-	3.230.774	-	7.177.843
Móveis e utensílios	3.155.872	-	5.978.456	-	9.134.328
Outros	53.080	-	106.427	-	159.507
Custo	328.293.323	12.421.529	38.402.802	-	379.117.654
(-) Prédios e instalações	(24.114.980)	(2.546.342)	-	(3.209.276)	(29.870.598)
(-) Máq. equipamentos	(3.192.391)	-	-	(356.081)	(3.548.472)
(-) Móveis e utensílios	(2.112.514)	-	-	(319.442)	(2.431.956)
(-) Depreciação	(29.419.885)	(2.546.342)	-	(3.884.799)	(35.851.026)
	298.873.438	9.875.187	38.402.802	(3.884.799)	343.266.628

	31/12/2020	Transf.	Adições/ baixas	Depreciação (*)	31/12/2021
Prédios e instalações (i)	286.468.794	-	34.668.508	-	321.137.302
Máquinas e equipamentos	3.641.420	-	305.649	-	3.947.069

State Grid Brazil Holding S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2022*

Móveis e utensílios	2.688.262	-	467.610	-	3.155.872
Outros	80.320	-	(27.240)	-	53.080
Custo	292.878.796	-	35.414.527	-	328.293.323
(-) Prédios e instalações	(21.645.336)	-	(203.793)	(2.265.851)	(24.114.980)
(-) Máq. equipamentos	(2.824.346)	-	-	(368.045)	(3.192.391)
(-) Móveis e utensílios	(1.847.991)	-	-	(264.523)	(2.112.514)
(-) Depreciação	(26.317.673)	-	(203.793)	(2.898.419)	(29.419.885)
	<u>266.561.123</u>	-	<u>35.210.734</u>	<u>(2.898.419)</u>	<u>298.873.438</u>

As variações do imobilizado consolidado, estão demonstrados conforme segue:

	31/12/2021	Transf.	Adições/ baixas	Depreciação (*)	31/12/2022
Prédios e instalações (i)	321.418.305	12.421.529	30.043.955	-	363.883.789
Máquinas e equipamentos	33.218.698	-	5.011.002	-	38.229.700
Móveis e utensílios	3.686.051	-	5.982.845	-	9.668.896
Outros	11.973.017	-	89.039	-	12.062.056
Custo	370.296.071	12.421.529	41.126.841	-	423.844.441
(-) Prédios e instalações	(24.123.672)	(2.546.342)	-	(3.224.090)	(29.894.104)
(-) Máq. equipamentos	(19.284.531)	-	-	(3.925.509)	(23.210.040)
(-) Móveis e utensílios	(2.364.020)	-	-	(360.623)	(2.724.643)
(-) Outros	(3.396.577)	-	-	(850.994)	(4.247.571)
(-) Depreciação	(49.168.800)	(2.546.342)	-	(8.361.216)	(60.076.358)
	<u>321.127.271</u>	<u>9.875.187</u>	<u>41.126.841</u>	<u>(8.361.216)</u>	<u>363.768.083</u>

	31/12/2020	Transf.	Adições/ baixas	Depreciação (*)	31/12/2021
Prédios e instalações (i)	286.570.797	-	34.847.508	-	321.418.305
Máquinas e equipamentos	30.844.369	-	2.374.329	-	33.218.698
Móveis e utensílios	3.218.442	-	467.609	-	3.686.051
Outros	11.683.641	-	289.376	-	11.973.017
Custo	332.317.249	-	37.978.822	-	370.296.071
(-) Prédios e instalações	(21.652.459)	-	(203.793)	(2.267.420)	(24.123.672)
(-) Máq. equipamentos	(15.468.800)	-	28.903	(3.844.634)	(19.284.531)
(-) Móveis e utensílios	(2.058.041)	-	116	(306.095)	(2.364.020)
(-) Outros	(2.654.006)	-	101.480	(844.051)	(3.396.577)
(-) Depreciação	(41.833.306)	-	(73.294)	(7.262.200)	(49.168.800)
	<u>290.483.943</u>	-	<u>37.905.528</u>	<u>(7.262.200)</u>	<u>321.127.271</u>

- (i) Valor correspondente a 62,61% do imóvel localizado à Avenida Presidente Vargas, nº 955 (mais detalhes veja Nota Explicativa nº 15). As adições em 2021 e 2022 referem-se principalmente a construção de propriedade imobiliária residencial localizada no Leblon, Rio de Janeiro, pela Controladora State Grid Brazil Holding S.A e a transferência refere-se a mudança do percentual de divisão de ativo imobilizado e ativo para investimento conforme subdivisão do edifício pela área utilizada pela SGBH e a área utilizada para locação.

* As taxas médias ponderadas de depreciação utilizadas para os itens de imobilizado são as seguintes: prédios e instalações – 2 %, máquinas e equipamentos – 12%, móveis e utensílios – 6,25% e veículos 14,29%. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício social.

17 Intangível (controladora e consolidado)

As variações do intangível da controladora, estão demonstrados conforme segue:

	31/12/2021	Transf.	Adições/ baixas	Amortização (*) / realização	31/12/2022
Softwares (ii)	688.660	-	124.308	(237.590)	575.378
	<u>688.660</u>	<u>-</u>	<u>124.308</u>	<u>(237.590)</u>	<u>575.378</u>

	31/12/2020	Transf.	Adições/ baixas	Amortização (*) / realização	31/12/2021
Softwares (ii)	683.898	-	220.637	(215.875)	688.660
	<u>683.898</u>	<u>-</u>	<u>220.637</u>	<u>(215.875)</u>	<u>688.660</u>

As variações do intangível consolidado, estão demonstrados conforme segue:

	31/12/2021	Adições/ baixas	Amortização (*)/ realização	31/12/2022
Ágio (i)	377.831.515	-	-	377.831.515
Créditos fiscais (ii)	120.590.305	-	(12.917.432)	107.672.873
Servidões e Softwares (iii)	4.852.936	2.427.505	(1.475.457)	5.804.984
	<u>503.274.756</u>	<u>2.427.505</u>	<u>(14.392.889)</u>	<u>491.309.372</u>

	31/12/2020	Adições/ baixas	Amortização (*)/ realização	31/12/2021
Ágio (i)	377.831.515	-	-	377.831.515

Créditos fiscais (ii)	133.507.737	-	(12.917.432)	120.590.305
Servidões e Softwares (iii)	<u>4.050.176</u>	<u>1.990.570</u>	<u>(1.187.810)</u>	<u>4.852.936</u>
	<u>515.389.428</u>	<u>1.990.570</u>	<u>(14.105.242)</u>	<u>503.274.756</u>

- (i) Ágio que não é amortizado contabilmente, mas sujeito à avaliação anual para fins de *impairment*, vide nota explicativa 14.3. A Companhia avalia a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento.
- (ii) Valor refere-se a Crédito fiscal calculado sobre os intangíveis de aquisição das controladas SGBH-E e SGBH-T, os quais foram incorporados na ETEE e ETIM, respectivamente. O benefício é realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram.
- (iii) Os valores apresentados estão líquidos da amortização acumulada. As servidões são faixas de passagem da linha de transmissão legalmente instituída em favor das companhias, para as quais se impõem restrições ao uso e ocupação do solo. A área que compõe a faixa de servidão continua sob o domínio do proprietário.

* A taxa média ponderada de amortização utilizada para os itens de intangível com vida útil definida é a seguinte: softwares - 20% .

18 Fornecedores - Terceiros (controladora e consolidado)

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Provisão para encerramento de obra (i)	-	121.671.387	-	143.211.868
Fornecedores relacionados à construção (ii)	-	91.140.226	-	89.927.575
Gastos ambientais e fundiários	126.405	2.568.741	1.064	596.830
Prestadores de serviços	1.955.646	5.915.868	1.596.515	4.586.220
Outros (iii)	<u>3.329.981</u>	<u>13.412.432</u>	<u>260.319</u>	<u>8.170.476</u>
	<u>5.412.032</u>	<u>234.708.654</u>	<u>1.857.898</u>	<u>246.492.969</u>

- (i) Variação refere-se a baixas de provisão de encerramento de obra em função de notas fiscais emitidas de fornecedores na fase pré-operacional. As medições continuam sendo realizadas mesmo após a entrada em operação em função do cronograma de pagamentos estabelecidos com os fornecedores, cujo encerramento está previsto para o decorrer do exercício de 2023. No exercício de 2022 ocorreu também o encerramento do projeto de reforço do banco reator da linha de transmissão de 500Kv da subestação Curral Novo, na controlada IRTE.
- (ii) Aumento refere-se principalmente as notas fiscais referente a fase pré-operacional da controlada STE , compra de reator para projeto de melhoria da controlada PPTE e a compra de materiais para à implementação do projeto de reforço da subestação Padre Fialho da controlada LTMC.
- (iii) Variação refere-se a substancialmente a serviços de desenvolvimento e melhorias de software, compra de computadores e móveis e utensílios.

19 Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

a. Total da dívida com terceiros (consolidado)

Empresa	Descrição	Moeda do contrato	Início	Vencimento	Garantias (d)	Covenants	Encargos a.a.	31/12/2022	31/12/2021
STE	Debêntures	R\$	Jan/22	Jan/25	Fidejussória (vi)	N/A	CDI + 1,40%	264.999.005	-
LTMC	Debêntures	R\$	ago/12	abr/29	(ii)	(e)	IPCA + 8,75%	85.845.847	80.019.190
PPTE	Debêntures	R\$	fev/19	fev/29	(iv)	(e)	IPCA + 4,45%	127.614.319	132.293.256
MRTE	Debêntures	R\$	dez/16	jun/26	(iii)	(e)	IPCA + 8,00%	12.807.303	17.800.541
XRTE	Debêntures	R\$	jul/21	dez/34	(v)	(e)	IPCA + 4,8304%	1.197.114.877	1.134.234.766
XRTE	BNDES	R\$	nov/18	nov/42	(i)	(e)	IPCA + 5,62%	5.375.030.151	5.318.249.901
CNTE	BNDES	R\$	out/18	jan/33	(i)	(e)	TJLP + 1,93%	108.044.032	117.851.232
PRTE	BNDES	R\$	out/18	jan/34	(i)	(e)	TJLP + 2,33%	506.007.539	547.453.021
								7.677.463.073	7.347.901.907
Circulante - terceiros								403.263.497	359.299.381
Não circulante - terceiros								7.274.199.576	6.988.602.526

Debêntures

STE

Em 18 de janeiro de 2022 foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Silvânia Transmissora de Energia S.A., com desembolso em 31 de janeiro do mesmo ano, no valor de R\$ 235.000.000 (duzentos e trinta e cinco milhões de reais). A partir da data de emissão, incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalente a CDI + 140% a.a. Conforme a escritura, o pagamento da amortização e dos juros será realizado em parcela única, na data do vencimento em 25 de janeiro de 2025.

LTMC

Em 09 de agosto de 2012 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com Esforços Restritos de Colocação, da Linhas de Transmissão Montes Claros S.A., com desembolso em 15 de agosto do mesmo ano no valor de R\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de reais), sendo a primeira amortização em 15 de julho de 2020 com o término em 15 de abril de 2029. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 8,75% a.a.. Em 2022 houve pagamento de principal no valor de R\$ 1.921.443 (um milhão, novecentos e vinte e um mil, quatrocentos e quarenta e três reais) e juros no valor de R\$ 6.738.169 (seis milhões, setecentos e trinta e oito mil, cento e sessenta e nove reais).

PPTE

Em 11 de fevereiro de 2019 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A., com desembolsos em 01 e 08 de março do mesmo ano totalizando o valor de R\$ 112.310.000 (cento e doze milhões trezentos e dez mil reais), sendo a primeira amortização em 15 de fevereiro de 2021 com o término em 15 de fevereiro de 2029. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 4,45% a.a. Em 2022 houve pagamento de principal no valor de R\$ 12.824.935 (doze milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, novecentos e trinta e cinco reais) e juros no valor de R\$ 5.960.986 (cinco milhões, novecentos e sessenta mil, novecentos e oitenta e seis reais)

MRTE

Em 15 de dezembro de 2016 foi assinado o Instrumento Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição e desembolso em 29 de dezembro do mesmo ano no

valor de R\$ 15.000.000 (quinze milhões de reais), sendo a primeira amortização em 30 de dezembro 2021 com o término em 30 de junho de 2026. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 8,00% a.a.. Em 2022 houve o pagamento de principal de R\$ 6.034.854 (seis milhões, trinta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais) e de juros no valor de R\$ 1.372.259 (um milhão , trezentos e setenta e dois mil, duzentos e cinquenta e nove reais)

XRTE

Em 25 de junho de 2021 foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, com desembolso em 02 de julho do mesmo ano no valor de R\$ 1.100.000.000 (um bilhão e cem milhões de reais), sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2021 com o término em 15 de dezembro de 2034. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 4,8304% a.a. Em 2022 houve o pagamento de principal de R\$ 6.136.898 (seis milhões, cento e trinta e seis mil , oitocentos e noventa e oito reais) e de juros no valor de R\$ 58.215.567 (cinquenta e oito milhões, duzentos e quinze mil, quinhentos e sessenta e sete reais).

BNDES

XRTE

Em 01 de novembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foram deliberadas (i) as condições do Contrato de Financiamento de longo prazo firmado entre a XRTE e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), assim como (ii) a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária e (iii) celebração do Contrato de Penhor de Ações, como interveniente. As aprovações indicadas referem-se à abertura de crédito direto em favor da XRTE no valor de até R\$ 5.213.550.000 (cinco bilhões, duzentos e treze milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), indexado à TLP (IPCA + 3,10%) + 2,52% para os subcréditos A e B e TLP (IPCA + 3,10%) + 2,12 para o subcrédito C.

Em 21 de dezembro de 2018 a Companhia recebeu o primeiro desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 3.606.505.000 (três bilhões, seiscentos e seis milhões, quinhentos e cinco mil reais) junto ao BNDES e em 27 de dezembro de 2018 foram quitadas a primeira, segunda e quinta emissões de debêntures, com o pagamento do principal e juros.

Em 29 de janeiro de 2019 a Companhia recebeu o segundo desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 817.237.447 (oitocentos e dezessete milhões duzentos e trinta e sete mil e quatrocentos e quarenta e sete reais) junto ao BNDES.

Os subcréditos A e B serão pagos em 268 (duzentos e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela venceu em 15 de junho de 2020 e a última vencerá em 15 de outubro de 2042.

Em 19 de junho de 2020 a Companhia recebeu o primeiro desembolso relativo ao subcrédito “C” no valor de R\$ 1.107.735 (um milhão, cento e sete mil, setecentos e trinta e cinco reais) junto ao BNDES.

O subcrédito “C” será pago em 199 (cento e noventa e nove) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de abril de 2022 e a última vencerá em 15 de outubro de 2038. Em 2022 houve o pagamento de principal de R\$ 265.585.017 (duzentos e sessenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil e dezessete reais) e de juros no valor de R\$ 300.489.371 (trezentos milhões , quatrocentos e oitenta e nove mil, trezentos e setenta e um reais).

CNTE

Em 18 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 180.983.105 (cento e oitenta milhões novecentos e oitenta e três mil cento e cinco reais) destinado a aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção de da linha de transmissão. Até 31 de dezembro de 2021 havia de principal um montante de R\$ 117.485.148 (cento e dezessete milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, cento e quarenta e oito reais) sobre os quais incidiram 1,93% (um vírgula noventa e três por cento) ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP).Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de fevereiro de 2019 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2033. Em 2022 houve o pagamento de principal de R\$ 10.828.128 (dez milhões, oitocentos e vinte e oito mil e cento e vinte e oito reais) e de juros no valor de R\$ 8.730.783 (oito milhões , setecentos e trinta mil, setecentos e oitenta e três reais).

PRTE

Em 16 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES. Nesse contrato foi liberado um limite no montante de R\$ 922.672.768 (novecentos e vinte e dois milhões seiscentos e setenta e dois mil setecentos e sessenta e oito reais) destinado a aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção de da linha de transmissão. Até 31 de dezembro de 2021 havia de principal um montante de R\$ 545.662.158 (quinhentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, cento e cinquenta e oito reais) sobre os quais incidiram sobre os quais incidiram juros de 2,33% (dois vírgula trinta e três por cento) ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de fevereiro de 2020 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2034. Em 2022 houve o pagamento de principal de R\$ 45.277.171 (quarenta e cinco milhões, duzentos e setenta e sete mil e cento e setenta e um reais) e de juros no valor de R\$ 42.684.007 (quarenta e dois milhões , seiscentos e oitenta e quatro mil e sete reais).

b. Total da dívida com partes relacionadas (controladora e consolidado)

Empresa	Descrição	Moeda do contrato (iii)	Início	Vencimento	Garantias	Covenants	Encargos a.a.	31/12/2022	31/12/2021
SGBH	SGID - Subcrédito D	US\$	nov/14	dez/25	N/A	N/A	Libor + 2 %	2.047.373.687	2.180.496.307
SGBH	SGID - Subcrédito E	US\$	dez/14	dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	592.074.002	632.449.033
SGBH	SGID - Subcrédito F	US\$	jun/15	dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	352.045.991	376.052.902
SGBH	SGID - Subcrédito G	US\$	dez/15	dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	208.970.776	223.221.025
SGBH	SGID - Subcrédito H	US\$	jun/16	dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	121.312.205	129.584.793
SGBH	SGID - Subcrédito I	US\$	set/16	dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	51.942.155	55.484.222
SGBH	SGID - Subcrédito J	US\$	dez/16	dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	157.028.621	167.736.804
SGBH	SGID - Subcrédito K	US\$	jun/17	dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	211.381.488	225.796.129
SGBH	SGID - Subcrédito L	US\$	dez/17	dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	152.957.925	163.388.515
SGBH	SGID - Subcrédito M	US\$	jul/18	dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	152.957.925	163.388.515
SGBH	SGID - Subcrédito N	US\$	set/18	dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	15.152.281	16.185.553
SGBH	SGID - Subcrédito O	US\$	dez/18	dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	130.480.825	139.378.644
SGBH	SGID - Subcrédito P	US\$	jun/19	dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	130.431.799	139.326.209
SGBH	SGID - Subcrédito Q	US\$	dez/19	dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	135.378.524	144.610.260
SGBH	SGID - Subcrédito R	US\$	aug/20	dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	64.128.418	68.501.515
SGBH	SGID - Subcrédito S	US\$	jul/21	dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	222.413.850	237.580.878
SGBH	SGID - Subcrédito T	US\$	set/21	dez/25	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	639.025.329	682.602.267
Controladora e Consolidado								<u>5.385.055.801</u>	<u>5.745.783.571</u>
Circulante - partes relacionadas								18.429.352	6.001.886
Não circulante - partes relacionadas								5.366.626.449	5.739.781.685

Com relação aos empréstimos com a SGID, as cláusulas contratuais dizem que as Companhias têm o direito de decidir se pagarão ou não os empréstimos nas datas de vencimento, dependendo da situação financeira e operacional da Companhia. Os saldos dos empréstimos são alocados entre Curto e Longo Prazo mediante a previsão de que não haverá pagamento de principal nos próximos 12 meses e desta forma nas datas de vencimentos os valores devidos são sempre renovados por um período de dois anos.

Em 2020 e 2021 dada a relevante desvalorização do Real em relação ao Dólar norte-americano, os empréstimos intercompany entre SGID e as SPEs (ITE, SMTE, SPTE, RPTE e PCTE) vêm deteriorando as demonstrações financeiras locais dessas empresas e também exigindo reescalonamento regular da dívida com a SGID para manter uma condição mínima de fluxo de caixa das SPEs.

Por estes motivos foi feito uma análise e se chegou a conclusão de que seria melhor para as empresas a implementação da Assunção destas dívidas em dólar para concentrar os empréstimos da SGID apenas na SGBH e com posterior capitalização das SPEs.

A Assunção da Dívida traria benefícios claros para as empresas tais como: melhoria nos resultados das empresas, melhorias no índice de endividamento, possibilidade de pagamento de maiores dividendos e alavancagem futura através de uma dívida local para melhorar a estrutura de capital das SPEs.

No dia 15 de julho de 2021, a controlada ITE quitou integralmente o empréstimo com a SGID no valor de R\$ 111.982.377 (cento e onze milhões e novecentos e oitenta e dois mil e trezentos e setenta e sete reais) de principal e R\$ 1.870.026 (um milhão, oitocentos e setenta mil reais e vinte e seis reais) de juros.

No dia 30 de setembro de 2021, a Companhia celebrou um contrato de assunção da dívida com a SGID onde a SGBH realiza no mesmo valor de quitação do empréstimo, um aumento de capital com emissão de novas ações nas controladas SMTE, SPTE, RPTE e PCTE nos termos previstos no Contrato de Assunção da Dívida, onde a SGBH como Controladora passa a ser a credora da dívida com a SGID. O valor total desta transação foi de R\$ 656.384.385 (seiscentos e cinquenta e seis milhões, trezentos e oitenta e quatro mil e trezentos e oitenta e cinco reais) de principal através de um aumento do capital social no mesmo valor, conforme demonstrado abaixo:

	Assunção da dívida	Aumento de capital
SMTE	(245.858.824)	245.858.824
SPTE	(76.196.455)	76.196.455
RPTE	(121.001.097)	121.001.097
PCTE	(213.328.009)	213.328.009
	<u>(656.384.385)</u>	<u>656.384.385</u>

No exercício de 2022, a controladora SGBH pagou o valor de R\$ 212.401.865 (duzentos e doze milhões, quatrocentos e um mil, oitocentos e sessenta e cinco reais) de juros e R\$ 4.631.248.270 (quatro bilhões, seiscentos e trinta e um milhões, duzentos e quarenta e oito mil, duzentos e setenta reais) de principal do empréstimo com a SGID.

c. Movimentação dos empréstimos (controladora e consolidado)

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2021	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final Bruto 31/12/2022
SGID - Subcrédito D	2.180.496.307	(63.538.028)	(69.584.592)	-	-	-	2.047.373.687
SGID - Subcrédito E	632.449.033	(15.039.846)	(25.335.185)	-	-	-	592.074.002
SGID - Subcrédito F	376.052.902	(8.956.806)	(15.050.105)	-	-	-	352.045.991
SGID - Subcrédito G	223.221.025	(5.308.269)	(8.941.980)	-	-	-	208.970.776
SGID - Subcrédito H	129.584.793	(3.081.569)	(5.191.019)	-	-	-	121.312.205
SGID - Subcrédito I	55.484.222	(1.319.433)	(2.222.634)	-	-	-	51.942.155
SGID - Subcrédito J	167.736.804	(3.988.836)	(6.719.347)	-	-	-	157.028.621
SGID - Subcrédito K	225.796.129	(5.369.506)	(9.045.135)	-	-	-	211.381.488
SGID - Subcrédito L	163.388.515	(3.885.433)	(6.545.157)	-	-	-	152.957.925
SGID - Subcrédito M	163.388.515	(3.885.433)	(6.545.157)	-	-	-	152.957.925
SGID - Subcrédito N	16.185.553	(384.898)	(648.374)	-	-	-	15.152.281
SGID - Subcrédito O	139.378.644	(3.306.261)	(5.591.558)	-	-	-	130.480.825
SGID - Subcrédito P	139.326.209	(3.308.148)	(5.586.262)	-	-	-	130.431.799
SGID - Subcrédito Q	144.610.260	(3.433.612)	(5.798.124)	-	-	-	135.378.524
SGID - Subcrédito R	68.501.515	(1.629.583)	(2.743.515)	-	-	-	64.128.418
SGID - Subcrédito S	237.580.878	(5.651.813)	(9.515.215)	-	-	-	222.413.850
SGID - Subcrédito T	682.602.267	(16.238.430)	(27.338.508)	-	-	-	639.025.329
Controladora	5.745.783.571	(148.325.904)	(212.401.866)	-	-	-	5.385.055.801
Debêntures	1.364.347.753	186.465.177	(72.286.982)	235.000.000	(26.918.130)	1.773.533	1.688.381.351
BNDES	5.983.554.154	678.922.044	(351.904.161)	-	(321.490.315)	-	5.989.081.722
Consolidado	13.093.685.478	717.061.317	(636.593.009)	235.000.000	(348.408.445)	1.773.533	13.062.518.874
Circulante - partes relacionadas							18.429.352
Não circulante - partes relacionadas							5.366.626.449
Circulante - terceiros							403.263.497
Não circulante - terceiros							7.274.199.576

State Grid Brazil Holding S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2021

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2020	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Assunção da dívida de controladas	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final Bruto 31/12/2021
SGID - Subcrédito D	2.030.653.344	196.500.364	(46.657.401)	-	-	-	-	2.180.496.307
SGID - Subcrédito E	588.990.221	61.265.427	(17.806.615)	-	-	-	-	632.449.033
SGID - Subcrédito F	350.212.382	36.558.010	(10.717.490)	-	-	-	-	376.052.902
SGID - Subcrédito G	207.882.367	21.700.448	(6.361.790)	-	-	-	-	223.221.025
SGID - Subcrédito H	120.680.358	12.597.595	(3.693.160)	-	-	-	-	129.584.793
SGID - Subcrédito I	51.671.617	5.393.903	(1.581.298)	-	-	-	-	55.484.222
SGID - Subcrédito J	156.210.750	16.306.545	(4.780.491)	-	-	-	-	167.736.804
SGID - Subcrédito K	210.280.521	21.950.787	(6.435.179)	-	-	-	-	225.796.129
SGID - Subcrédito L	152.161.254	15.883.826	(4.656.565)	-	-	-	-	163.388.515
SGID - Subcrédito M	152.161.254	15.883.826	(4.656.565)	-	-	-	-	163.388.515
SGID - Subcrédito N	15.073.361	1.573.480	(461.288)	-	-	-	-	16.185.553
SGID - Subcrédito O	129.801.224	13.549.705	(3.972.285)	-	-	-	-	139.378.644
SGID - Subcrédito P	129.752.395	13.546.099	(3.972.285)	-	-	-	-	139.326.209
SGID - Subcrédito Q	134.673.352	14.059.845	(4.122.937)	-	-	-	-	144.610.260
SGID - Subcrédito R	63.794.425	6.658.970	(1.951.880)	-	-	-	-	68.501.515
SGID - Subcrédito S	-	30.097.187	(3.082.693)	210.566.384	-	-	-	237.580.878
SGID - Subcrédito T	-	30.812.451	(4.594.569)	-	656.384.385	-	-	682.602.267
Controladora	4.493.998.825	514.338.468	(129.504.491)	210.566.384	656.384.385	-	-	5.745.783.571
Debêntures	353.083.707	127.018.644	(39.749.571)	1.100.000.000	-	(149.290.230)	(26.714.797)	1.364.347.753
SGID	857.025.325	28.623.764	(18.698.320)	-	(656.384.385)	(210.566.384)	-	-
BNDES	5.754.364.687	858.049.904	(331.871.685)	-	-	(296.988.752)	-	5.983.554.154
Consolidado	11.458.472.544	1.528.030.780	(519.824.067)	1.310.566.384	-	(656.845.365)	(26.714.797)	13.093.685.478
Circulante - partes relacionadas								6.001.886
Não circulante - partes relacionadas								5.739.781.685
Circulante - terceiros								359.299.381
Não circulante - terceiros								6.988.602.526

d. Garantias

- (i) **Garantias BNDES:** Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão; caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia e caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.
- (ii) **Garantia debêntures LTMC:** Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão; caução, dada por todos os acionistas em favor dos debenturistas, da totalidade das ações da Companhia e caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão, sendo as Contas Reservas constituídas a partir de 15 de janeiro de 2020 no valor de três vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização.
- (iii) **Garantia debêntures MRTE:** Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão; caução, dada por todos os acionistas em favor dos debenturistas, da totalidade das ações da Companhia e caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão, sendo as Contas Reservas constituídas a partir de 15 de janeiro de 2017 no valor de uma parcela do serviço da dívida, considerando juros e amortização.
- (iv) **Garantia debêntures PPTE:** Penhor proporcional de direitos emergentes do contrato de concessão; caução, dada por todos os acionistas em favor dos debenturistas, de 22% das ações da Companhia e caução de 35% dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. Mediante o completion físico e financeiro, a garantia fidejussória adicional atrelada ao financiamento da Primeira Emissão de Debentures da Companhia foi liberada em agosto de 2022.
- (v) **Garantia debêntures XRTE:** Garantias compartilhadas com BNDES: (i) penhor de direitos emergentes do contrato de concessão; (ii) caução, dada por todos os acionistas em favor dos debenturistas, da totalidade das ações da Companhia e (iii) caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. As Contas Reservas constituídas a partir de 15 de julho de 2021 no valor de três vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização. Mediante o completion físico e financeiro, a garantia fidejussória adicional atrelada ao financiamento junto ao BNDES foi liberada em fevereiro de 2022 e a garantia fidejussória adicional atrelada à 7ª emissão de debêntures da Companhia foi liberada em abril de 2022.
- (vi) **Garantia debêntures STE:** Garantia fidejussória adicional em vigor até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas que se dá no vencimento original do contrato ou, caso a operação seja liquidada antecipadamente, até a finalização de sua vigência.

e. Covenants

Covenants CNTE, LTMC, MRTE, PPTE, PRTE e XRTE.

	CNTE	LTMC	MRTE	PPTE	PRTE	XRTE
A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar:	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
ICSD requerido:	1,2 vezes	1,3 vezes	1,2 vezes	1,2 vezes	1,2 vezes	1,3 vezes
O índice foi cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2022:	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Índice de Capitalização Cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2022:	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não *

*O atingimento do Índice de Capitalização igual ou acima de 20% é um dos critérios para o pagamento de dividendos acima de 25% do lucro. Não sendo atendido, o pagamento acima do limite indicado só pode ocorrer após avaliação e anuência do credor. O Índice de Capitalização não foi atendido em 2022, mas é esperado que o índice volte ao patamar acima dos 20% para os próximos anos.

f. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo)

	Amortização
2024	458.261.480
2025	722.925.324
2026	458.174.366
2027	468.653.888
2028-2042	<u>10.532.810.967</u>
	<u>12.640.826.025</u>

20 Impostos e contribuições sociais a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
IRPJ (i)	19.150	78.784.681	19.150	69.847.742
CSLL (i)	<u>1.961.253</u>	<u>58.677.605</u>	<u>1.961.253</u>	<u>41.137.641</u>
	<u>1.980.403</u>	<u>137.462.286</u>	<u>1.980.403</u>	<u>110.985.383</u>

Outros impostos a pagar

	31/12/2022		31/12/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
PIS (ii)	984.373	5.071.677	1.956.965	5.144.120
COFINS (ii)	4.606.509	23.549.214	9.088.641	23.889.531
INSS	278.438	6.216.655	247.659	5.393.225
IR retido da fonte	96.251	2.308.377	92.428	2.351.604
FGTS	3.730	1.431.801	3.122	1.221.680
ISS	144.536	3.280.466	141.586	2.527.969
Outros	1.825.501	5.232.373	1.862.895	4.481.395
	7.939.338	47.090.563	13.393.296	45.009.524

- (i) Variação refere-se a créditos retido de clientes e aplicações financeiras não utilizados para abatimento do IRPJ e CSLL do exercício de 2022. Os créditos só serão utilizados em 2023.
- (ii) Variação na Controladora refere-se substancialmente a redução da base de PIS e COFINS em consequência da redução do juros sobre capital próprio no exercício de 2022.

21 Taxas regulamentares (consolidado)

	31/12/2022	31/12/2021
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	2.965.643	2.547.981
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	5.129.767	5.212.464
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	56.810.865	39.652.165
Proinfra (iv)	-	512.977
	64.906.275	47.925.587

- (i) **RGR**
Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431, a vigência dessa taxa ocorrerá até 2035.

Em 03 de agosto de 2022, através do Despacho nº 2.110 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativa às competências de julho de 2022 a junho de 2023.

- (ii) **TFSEE**
Instituída pela Lei nº 9.427 de 1996 e regulamentado pelo Decreto nº 2.410 de 1997 pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei nº 12.783 de 2013, em que foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 14 de julho de 2022, através do Despacho nº 1.904 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativa às competências de julho de 2022 a junho de 2023.

- (iii) **P&D**
Conforme as Resoluções nº 316 de 2008 e nº 504 de 2012 da ANEEL, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir

do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. A resolução normativa 929 de 30 de março de 2021, estabeleceu que o saldo não aplicado até 31 de agosto de 2020 deveria ser pago. No exercício de 2021 foi efetuado o pagamento conforme resolução.

(iv) Proinfa

Em 17 de Outubro de 2022, através do despacho 2.989, estabeleceu-se um valor fixo das quotas de custeio referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa, para o mês de dezembro de 2022, relativos às concessionárias do serviço público de transmissão de energia elétrica que atendam consumidor livre e/ou autoprodutor com unidade de consumo conectada às instalações da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional. Variação refere-se a pagamento da taxa dentro da competência de 2022.

22 Outros passivos circulantes

	31/12/2022		31/12/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Provisão de férias (i)	81.896	23.234.979	96.527	19.346.319
IRRF funcionários	15.490	4.305.359	31.527	3.705.106
Provisão de bônus (ii)	126.765	31.094.625	96.289	22.558.586
Outros	-	92.251	-	98.295
	224.151	58.727.214	224.343	45.708.306

(i) Variação refere-se ao aumento do quadro de funcionários das Controladas, de salários, das médias de hora extra, promoções e méritos

(ii) O Programa de Bônus é uma ferramenta de gestão e um plano motivacional que dá aos funcionários a oportunidade de receber o reconhecimento da empresa por suas conquistas. O bônus de um funcionário é medido com base nos resultados do KPI (Key Performance Indicators Program) e do PAP (Performance Assessment Program). Variação refere-se a atualização de métrica na provisão de bônus adequando-se ao histórico de pagamento e considerando os targets dos KPIs para fins de cálculo de bonificação dos últimos anos.

23 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 na Companhia decorrem de transações com a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

23.1 Ativo

	Nota	31/12/2022		31/12/2021	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Contas a receber - partes relacionadas		3.011.157	568.565	3.330.317	957.006
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)		2.600.914	-	2.533.694	-
Aluguéis a receber (ii)		388.278	389.597	760.953	767.032
Outros		21.965	178.968	35.670	189.974
Intercompany CET Brazil - despesas de viagens		21.965	96.138	21.965	96.138
Intercompany SMTE - despesas de fornecedores		-	-	13.705	-
Intercompany - Guaraciaba - despesas de aluguel		-	32.863	-	32.863
Intercompany - Matrinchã - despesas de aluguel		-	35.753	-	35.753
Intercompany - Paranaíba - despesas de viagens		-	14.214	-	25.220
Empréstimos a receber - partes relacionadas	12	674.451.080	674.451.080	739.079.128	739.079.128
		677.462.237	675.019.645	742.409.445	740.036.134

23.2 Passivo

	Nota	31/12/2022		31/12/2021	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fornecedores - partes relacionadas		11.482.543	13.372.895	2.159.713	16.645
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)		2.792.544	-	2.159.713	-
Serviços de engenharia (iii)		-	13.356.250	-	-
Outros		8.689.999	16.645	-	16.645
Recebimento Gemini		8.689.999	-	-	-
Intercompany - Matrinchã - despesas de pessoal		-	10.424	-	10.424
Intercompany - Guaraciaba - despesas de pessoal		-	6.221	-	6.221
Empréstimos a pagar - partes relacionadas	19	5.385.055.801	5.385.055.801	5.745.783.571	5.745.783.571
		5.396.538.344	5.398.428.696	5.747.943.284	5.745.800.216

23.3 Resultado

	Nota	31/12/2022		31/12/2021	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita de aluguel (ii)		9.803.920	4.650.264	9.276.765	5.064.297
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)		1.565.149	-	791.577	-
Receita de juros de empréstimo	32	65.223.161	65.223.161	87.413.626	71.098.438
Varição cambial ativa de empréstimo	32	1.365.879.020	1.365.879.020	719.576.674	845.022.784
Varição cambial passiva de empréstimo	32	(991.663.562)	(991.663.562)	(1.103.699.817)	(1.238.950.039)
Despesa de juros de empréstimo	32	(225.889.553)	(225.889.553)	(130.215.326)	(149.034.977)
		224.918.135	218.199.330	(416.856.501)	(466.799.497)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas

proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em Abril de 2022, através do despacho N° 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas, o que explica a variação no exercício de 2022.

- (ii) O saldo refere-se a contas a receber de receita de aluguel para controladas, coligadas e outras empresas em relação ao imóvel registrado como propriedade para investimento na Controladora (Nota Explicativa n° 15).
- (iii) Variação refere-se a serviços de engenharia prestados pela CET Brazil Transmissão de Energia realizados em 2022 nas controladas XRTE , PRTE e IRTE.

23.4 Dividendos e JCP a pagar e a receber

a) Dividendos e JCP a receber

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a receber , está apresentada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Movimento 2022				Saldo em 31/12/2022	
		Adição		Reversão	Recebimento		
		Dividendos	JCP	Dividendos	Dividendos		JCP
Controladas	2.564.197	1.958.695.220	48.882.155	(5.717.525)	(1.952.855.418)	(48.882.155)	2.686.474
ETEE	-	89.546.753	7.364.343	(3.261.171)	(86.285.582)	(7.364.343)	-
ETIM	593.766	44.155.937	-	-	(44.310.399)	-	439.304
ACTE	89.929	5.827.710	-	-	(5.779.581)	-	138.058
Araraquara	426.419	1.365.001	-	-	(1.569.341)	-	222.079
Catxerê	428.125	43.232.040	-	-	(43.174.357)	-	485.808
Iracema	-	-	-	-	-	-	-
ITE	-	108.820.782	5.275.055	-	(108.820.782)	(5.275.055)	-
Itatim	400.115	45.773.294	-	-	(46.018.366)	-	155.043
LTMC	308.636	2.950.449	-	-	(2.881.960)	-	377.125
MRTE	115.523	10.013.633	-	-	(9.988.509)	-	140.647
PCTE	-	-	-	-	-	-	-
PPTE	-	34.381.412	9.013.438	(2.456.354)	(31.925.058)	(9.013.438)	0
RPTE	-	-	-	-	-	-	-
SMTE	(0)	395.077	-	-	-	-	395.077
SPTE	188.114	16.302.954	-	-	(16.176.036)	-	315.032
XRTE	0	1.012.553.590	17.575.883	-	(1.012.553.590)	(17.575.883)	0
CNTE	(0)	32.673.500	1.607.364	-	(32.673.500)	(1.607.364)	(0)
PRTE	0	510.684.787	8.046.072	-	(510.684.787)	(8.046.072)	0
SGSE	10.092	9.266	-	-	(10.092)	-	9.266
STE	3.478	9.035	-	-	(3.478)	-	9.035
Controladas em conjunto	100.855.646	154.038.943	-	-	(92.192.488)	-	162.702.101
Matrinchã	11.506.418	43.274.097	-	-	(11.506.418)	-	43.274.097
Guaraciaba	28.308.407	23.696.725	-	-	-	-	52.005.132
Luziânia	1.486.191	5.933.248	-	-	(3.679.315)	-	3.740.124
Paranaíba	20.041.102	12.027.178	-	-	(11.993.227)	-	20.075.053
Belo Monte	39.513.528	69.107.695	-	-	(65.013.528)	-	43.607.695
Total	103.419.843	2.112.734.163	48.882.154	(5.717.525)	(2.045.047.906)	(48.882.154)	165.388.575

Saldo em 31/12/2020	Movimento 2021			Saldo em 31/12/2021
	Adição	Reversão	Recebimento	

State Grid Brazil Holding S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2022

	<u>Total</u>	<u>Dividendos</u>	<u>JCP</u>	<u>Dividendos</u>	<u>Dividendos</u>	<u>JCP</u>	<u>Total</u>
Controladas	157.105.179	521.067.817	103.478.544	(25.037.535)	(496.362.212)	(257.687.596)	2.564.197
ETEE	668.002	61.966.092	5.082.454	-	(62.634.094)	(5.082.454)	-
ETIM	538.256	48.359.425	-	-	(48.303.915)	-	593.766
ACTE (Reapresentado)	-	89.929	-	-	-	-	89.929
Araraquara	83.903	8.648.958	-	-	(8.306.442)	-	426.419
Catxerê	496.472	36.224.117	-	-	(36.292.464)	-	428.125
Iracema	-	-	-	-	-	-	-
ITE	15.970.763	100.079.537	14.967.908	(17.609.304)	(82.470.233)	(30.938.671)	-
Itatim	312.763	50.068.948	-	-	(49.981.596)	-	400.115
LTMC (Reapresentado)	187.961	24.185.607	-	-	(24.064.932)	-	308.636
MRTE	112.570	10.431.184	-	(7.428.231)	(3.000.000)	-	115.523
PCTE	-	-	-	-	-	-	-
PPTE	8.090.501	39.216.624	7.664.647	-	(39.216.623)	(15.755.149)	-
RPTE	-	-	-	-	-	-	-
SMTE	-	-	-	-	-	-	-
SPTE	-	15.188.114	-	-	(15.000.000)	-	188.114
XRTE	98.341.756	49.575.471	49.848.256	-	(50.064.522)	(147.700.961)	-
CNTE	7.327.360	8.750.751	3.317.968	-	(8.750.751)	(10.645.328)	-
PRTE	24.967.722	68.276.640	22.597.311	-	(68.276.640)	(47.565.033)	-
SGSE	7.150	2.942	-	-	-	-	10.092
STE	-	3.478	-	-	-	-	3.478
Controladas em conjunto	119.167.588	102.576.937	-	(19.756.267)	(101.132.612)	-	100.855.646
Matrinchã	45.499.951	24.350.178	-	(12.843.760)	(45.499.951)	-	11.506.418
Guaraciaba	22.114.976	13.105.939	-	(6.912.507)	-	-	28.308.408
Luziânia	1.549.379	5.566.191	-	-	(5.629.379)	-	1.486.191
Paranaíba (Reapresentado)	14.358.857	20.041.101	-	-	(14.358.857)	-	20.041.101
Belo Monte	35.644.425	39.513.528	-	-	(35.644.425)	-	39.513.528
Total	276.272.767	623.644.754	103.478.544	(44.793.802)	(597.494.824)	(257.687.596)	103.419.843

b) Dividendos a pagar

A movimentação dos dividendos a pagar, está apresentada a seguir:

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Movimento 2022</u>		<u>Saldo em</u> <u>31/12/2022</u>
		<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	
Controladora	13.194.696	1.866.113.720	(1.857.283.865)	22.024.551

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2020</u>	<u>Movimento 2021</u>		<u>Saldo em</u> <u>31/12/2021</u>
		<u>Adição</u>	<u>Pagamento</u>	
Controladora	3.527.266	2.009.667.430	(2.000.000.000)	13.194.696

23.5 Garantias

A SGBH está como garantidora de contratos de empréstimos e financiamentos das controladas e controladas em conjunto, como se segue:

Controlada	Tipo de empréstimo	Valor garantido em 31/12/2022	Data de assinatura do contrato	Data de Vencimento
ETIM	Execução Fiscal	661.041	03/10/2016	03/10/2026
ETIM	Execução Fiscal	138.284	17/07/2020	17/07/2025
SMTE	Execução Fiscal	5.644.115	27/04/2016	26/04/2026
XRTE	Execução Fiscal	121.559	14/05/2021	14/05/2026
PCTE	Execução Fiscal	24.753	01/06/2018	01/06/2023
ITE	Execução Fiscal	1.101.564	21/10/2021	21/10/2026
ITE	Execução Fiscal	552.908	21/10/2021	21/10/2026
ITE	Execução Fiscal	102.055	23/09/2021	23/09/2026
ITE	Execução Fiscal	141.763	31/10/2022	31/10/2024
RPTE	Execução Fiscal	35.717	17/07/2020	17/07/2025
PRTE	Execução Fiscal	1.225.640	02/08/2022	02/08/2024
STE (i)	Financiamento CP	235.000.000	18/01/2022	25/01/2025
STE	Risco de Construção	21.221.800	05/05/2021	30/06/2025

Controlada em conjunto	Tipo de empréstimo	Valor garantido em 31/12/2021	Data de assinatura do contrato	Data de Vencimento
PPTE	Financiamento LP	112.000.000	11/02/2019	30/06/2022
ETIM	Execução Fiscal	661.041	03/10/2016	03/10/2026
ETIM	Execução Fiscal	138.284	17/07/2020	17/07/2025
SMTE	Execução Fiscal	1.066.240	14/10/2016	14/10/2026
SMTE	Execução Fiscal	5.644.115	27/04/2016	26/04/2026
XRTE (i)	Financiamento LP	4.442.502.598	21/11/2018	31/03/2022
XRTE (i)	Financiamento LP	1.100.000.000	25/06/2021	31/03/2023
XRTE	Execução Fiscal	113.092	14/05/2021	14/05/2026
Guaraciaba (ii)	Financiamento LP	224.183.727	28/09/2016	30/06/2022
Guaraciaba (ii)	Financiamento LP	60.180.000	16/07/2018	30/06/2022
Paranaíta (i)	Financiamento LP	580.084.321	16/10/2018	31/03/2022
CNTE	Financiamento LP	-	-	-
PCTE	Execução Fiscal	24.753	01/06/2018	01/06/2023
ITE	Execução Fiscal	80.860	30/06/2020	01/06/2023
ITE	Execução Fiscal	1.101.564	21/10/2021	21/10/2026
ITE	Execução Fiscal	552.908	21/10/2021	21/10/2026
ITE	Execução Fiscal	102.055	23/09/2021	23/09/2026
RPTE	Execução Fiscal	35.717	17/07/2020	17/07/2025

- (i) Valor garantido referente a 100% do valor financiado/emprestado.
- (ii) A Companhia possui o capital social de 51% das empresas, com isso o valor garantido dos empréstimos e financiamentos é de 51% sobre o valor total.

23.6 Remuneração da Administração (pessoal - chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia e suas controladas reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

31/12/2022

31/12/2021

Valores reconhecidos no resultado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Remuneração fixa e variável (*)				
Salário	834.345	10.161.511	804.523	10.749.259
Benefícios diretos e indiretos	144.108	1.746.599	169.741	2.698.530
Encargos	469.767	5.624.307	450.274	5.774.670
Provisões (13 salário, férias e bônus)	699.637	8.609.551	556.118	6.378.285
Valor total da remuneração	<u>2.147.857</u>	<u>26.141.968</u>	<u>1.980.656</u>	<u>25.600.744</u>

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bonus.

24 Impostos diferidos (controladora e consolidado)

Os tributos diferidos ativos foram constituídos sobre o prejuízo fiscal e sobre o ativo de contrato das Controladas XRTE e IRTE. Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual do Grupo.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado (Reapresentado)
IR e CSLL diferidos	(154.072.934)	(2.693.730.549)	(152.351.021)	(2.496.724.072)
IR e CSLL Diferidos ativo (ativo de contrato)	-	1.044.759	-	5.333.084
IR e CSLL Diferidos ativo (prejuízos fiscais)	-	111.637.610	-	148.844.061
IR Diferido Passivo	(113.288.922)	(2.056.478.377)	(112.022.809)	(1.941.542.741)
CSLL Diferida Passiva	(40.784.012)	(749.934.541)	(40.328.212)	(709.358.476)
Pis e Cofins diferidos	-	(1.920.047.616)	-	(1.858.607.257)
Pis Diferido Passivo	-	(342.461.932)	-	(331.500.153)
Cofins Diferido Passivo	-	(1.577.585.684)	-	(1.527.107.104)
	<u>(154.072.934)</u>	<u>(4.613.778.165)</u>	<u>(152.351.021)</u>	<u>(4.355.331.329)</u>

As variações dos tributos diferidos consolidados são as seguintes:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	154.177.145	(4.509.508.474)
Efeitos reconhecidos no resultado (pis e cofins)	-	(61.440.359)
Efeitos reconhecidos no resultado (IR e CSLL)	(54.412.209)	(155.511.701)
Transferências entre ativos e passivos	12.917.433	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>112.682.369</u>	<u>(4.726.460.534)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	88.360.024	(4.097.473.893)
Efeitos reconhecidos no resultado (pis e cofins)	-	(48.651.517)
Efeitos reconhecidos no resultado (IR e CSLL)	52.899.688	(363.383.064)
Transferências entre ativos e passivos	12.917.433	-

Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado) 154.177.145 (4.509.508.474)

25 Provisão para contingências

a. Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia e suas controladas, constituem provisões para riscos fiscais, cíveis, servidões, ambientais e trabalhistas, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fiscal	-	7.525.995	-	7.791.180
Cível	-	3.259.346	-	2.736.565
Servidões	-	6.136.125	-	8.012.915
Ambiental	-	8.432.385	-	2.416.678
Trabalhista	1.561.623	4.843.450	1.634.932	4.087.397
	<u>1.561.623</u>	<u>30.197.301</u>	<u>1.634.932</u>	<u>25.044.735</u>

A movimentação das provisões prováveis na controladora, justificada substancialmente por alteração nos prognósticos dos processos, está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>
	Trabalhistas
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.634.932
Adições e reversões, líquidas	(78.730)
Pagamentos	-
Atualizações monetárias	5.421
Transferências	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>1.561.623</u>
	Controladora
	Trabalhista

Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.168.996
Adições e reversões, líquidas	427.175
Pagamentos	(4.306)
Atualizações monetárias	43.067
Transferências	-
	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.634.932

A movimentação das provisões prováveis no consolidado, justificada substancialmente por alteração nos prognósticos dos processos, está apresentada a seguir:

	Fiscais	Cíveis	Servidões	Ambiental	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.791.180	2.736.565	8.012.915	2.416.678	4.087.397	25.044.735
Adições e reversões, líquidas (i)	(290.593)	214.207	(1.709.681)	6.015.707	696.211	4.925.851
Pagamentos	-	-	(167.109)	-	(64.148)	(231.257)
Atualizações monetárias	25.408	308.574	-	-	123.991	457.973
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.525.995	3.259.346	6.136.125	8.432.385	4.843.451	30.197.302

	Consolidado					
	Fiscais	Cíveis	Servidões	Ambiental	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.015.576	2.140.181	6.836.819	33.007.524	2.675.582	46.675.682
Adições e reversões, líquidas (ii)	5.772.123	491.415	1.176.096	(30.895.000)	1.220.563	(22.234.803)
Pagamentos	-	-	-	-	(4.306)	(4.306)
Atualizações monetárias	3.481	104.969	-	304.154	195.558	608.162
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.791.180	2.736.565	8.012.915	2.416.678	4.087.397	25.044.735

- (i) A variação ocorreu, basicamente, em razão de movimentações processuais e decisões judiciais que motivaram adequações de prognóstico e do consequente valor dos riscos em cada uma das ações cíveis, trabalhistas, fiscais, ambientais e fundiárias tratadas, além da atualização monetária. Os processos fiscais tem sua reversão relacionada ao encerramento da execução fiscal 0001938-27.2020.8.19.0001 e a alteração do prognóstico do processo administrativo 15374.951988/2009-42 que passou de provável para remoto em virtude de decisão favorável do órgão administrativo. Os processos cíveis possuem adições diretamente relacionadas ao processo 0006028-97.2019.8.19.0006 que é uma ação indenizatória onde após a realização de audiência de instrução, sem acordo entre as partes, passou a ser classificada como de risco provável. As reversões relacionadas as servidões, ocorre principalmente em decorrência de decisões judiciais cujo teor indicaram à Companhia a necessária readequação do valor do risco envolvido nas ações judiciais, principalmente no processo 0351167-61.2005.8.09.0137 da controlada ITE que passou de R\$ 3.295.137 (três milhões, duzentos e noventa e cinco mil, cento e trinta e sete reais) para R\$ 348.926 (trezentos e quarenta e oito mil, novecentos e vinte e seis reais). As adições nas causas Ambientais ocorrem principalmente devido ao procedimento administrativo 02001.008344/2012-24 do IBAMA, na controlada SMTE no valor de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais) que após parecer desfavorável do órgão fiscalizador passou a ter classificação de risco provável, embora não tenha sido julgado; além do procedimento anteriormente destacado mais 2 procedimentos administrativos ambientais passaram a ter classificação de risco provável em 2022, ambos possuem decisões desfavoráveis de primeira instância com recursos pendentes de análise, trata-se do procedimento administrativo 02001.004024/2014-67 em face da controlada RPTE e o procedimento administrativo 02007.000527/2012-41 em face da controlada IRTEAs adições trabalhistas são em sua maior parte provenientes das reclamações trabalhistas 0011866-14.2015.5.01.0038 em face da controlada ITE e 0011474-84.2018.5.15.0004 em face da SGBH, a primeira atualmente encontra-se em discussão no TST e a segunda já possui decisão desfavorável de segunda instância, e atualmente a discussão recai apenas a respeito dos cálculos da condenação.

- (ii) As adições ocorreram, basicamente, em razão da movimentação dos processos, com ocorrência de decisão judicial, mudanças de prognóstico e por conta da atualização monetária; e as provisões constituídas referem-se a riscos relacionados a verbas legais e contratuais, terceirização, execuções fiscais e manifestações de inconformidade referentes a compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e CSRF) não homologadas pela RFB e ações judiciais e/ou autos de infração de natureza ambiental recebidos pela SGBH e suas controladas, nos quais se discute, por exemplo, condicionantes de licenças. As reversões ocorreram basicamente pela Controlada ATE, onde em 14/05/2021 o IBAMA disponibilizou as decisões homologatórias de primeira instância aos Autos de Infração dos processos administrativos n. 02027.001141/2012-19 e 02027.001143/2012-16, minorando os valores originais de R\$ 3.000.000 (três milhões de reais) para R\$ 2.010.500 (dois milhões e dez mil e quinhentos reais) e R\$ 15.000.000 (quinze milhões de reais) para R\$ 2.555.000 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil reais), respectivamente. Posteriormente, por ser um processo em âmbito administrativo, o departamento jurídico da companhia, em conjunto com os escritórios externos, classificou os mesmos processos com prognóstico possível, sendo necessário o estorno de todo o montante.

b. Reembolso de contingências

Por meio dos contratos de compra e vendas das controladas do Grupo que já estavam em operação (conforme apresentado na nota explicativa 4). Foram firmados contratos e seus respectivos aditamentos com as vendedoras. Elas se comprometeram a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas às empresas, nos termos e condições previstos no Contrato. Assim, a Companhia efetuou o registro de direito a reembolso para as contingências apresentadas como prováveis, visto que estas estão suportadas pelo Contrato.

Apresentamos a seguir os montantes de causas prováveis por controlada para as quais foram registrados montantes correspondentes a reembolsos na linha de outros ativos não circulantes:

	31/12/2022	31/12/2021
Controladas		
ITE (i)	1.582.878	7.800.977
SMTE	9.114.577	9.677.299
ETEE	204.006	597.775
Catxerê	4.894.908	2.091.840
PCTE (ii)	848.019	5.160.041
Araraquara	111.193	111.193
RPTE (iii)	4.155.490	2.613.889
SPTE	42.081	82.767
ETIM	1.213.318	1.212.152
LTMC (iv)	95.490	1.050.571
IRTE	503.764	-
XRTE	3.938.733	3.344.260
PPTE	150.731	150.731
SGBH (v)	732.956	2.410.270
	27.588.144	36.303.765

As variações foram motivadas por movimentações processuais e em decisões judiciais que motivaram a reanálise e readequação de prognósticos e do consequente valor do risco envolvido nas ações judiciais em andamento no âmbito da SGBH e de suas concessionárias. Dentre as principais variações podemos citar:

- (i) Variação refere - se substancialmente no reembolso de despesas jurídicas pagos pela companhia de responsabilidade dos vendedores conforme acordo entre as partes e mudanças de valores de processos provisionados de servidão que serão reembolsados pelos vendedores caso haja condenação por parte da ITE e houve também estorno de processos por mudanças de prognóstico e valor, onde os principais são : 0352018-03.2005.8.09.0137 e 0351167-61.2005.8.09.0137, que passaram a ter o valor de R\$ 546.392 (Quinhentos e quarenta e seis mil, trezentos e noventa e dois reais) e R\$ 348.926 (trezentos e quarenta e oito mil, novecentos e vinte e seis reais), respectivamente.

(ii) Variação refere-se principalmente ao recebimento de processos judiciais das companhias Gemini e Isolux, conforme acordo entre as partes no valor de R\$ 4.698.679 (quatro milhões, seiscentos e noventa e oito mil, seiscentos e setenta e nove reais)

(iii) Variação refere-se basicamente na atualização do processo de servidão 0002311-59.2008.8.26.0300 já sentenciado e em fase de cálculos para pagamento da condenação, na apresentação dos cálculos iniciais foi apresentado um valor acrescido de R\$ 2.845.088 (dois milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil e oitenta e oito reais) foi apresentada impugnação e os cálculos seguem em discussão.

(iv) Variação se deu pelo encerramento dos processos fundiários 0115386-23.2011.8.13.0433 e 0037086-60.2011.8.13.0461 de responsabilidade dos sellers no qual foram extintos devido a resolução de mérito, julgado procedente, fixando indenização pagos pelos mesmos. Os valores envolvidos são: R\$ 81.180 (oitenta e um mil, cento e oitenta reais) e R\$ 873.900 (oitocentos e setenta e três mil e novecentos reais), respectivamente.

(v) Redução se refere principalmente no recebimento de custas de arbitragem da empresa Isolux devido ao acordo entre as partes, no valor de R\$ 688.680 (seiscentos e oitenta e oito mil, seiscentos e oitenta reais).

c. Contingências possíveis (não provisionadas)

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fiscais, cíveis, servidões, ambientais e trabalhistas, conforme segue:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fiscal (i)	30.423.692	374.966.927	37.198.579	342.810.688
Cível (ii)	-	11.309.200	-	11.193.507
Servidões (iii)	-	3.723.505	-	1.355.382
Ambiental (iv)	-	24.082.208	-	10.270.973
Trabalhista (v)	647.541	6.366.018	2.878.505	10.379.514
	31.071.233	420.447.858	40.077.084	376.010.064

(i) Processos Fiscais: Referem-se às ações judiciais e processos administrativos fiscais, que discutem diversos tributos, tais como, ICMS, ISS, IRPJ e CSLL. Os principais saldos aqui apresentados refere-se substancialmente aos seguintes processos : na controlada ETIM, processo 5003229-44.2019.4.02.5101 – Fazenda Nacional, no valor de exposição de R\$ 54.370.418 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e setenta mil, quatrocentos e dezoito reais) que discute questões de amortização de ágio, e os processos administrativos 17227-720.037/2020-58 no valor de R\$ 16.701.959 (dezesseis milhões, setecentos e um mil, novecentos e cinquenta e nove reais) e 10348.720.859/2021-02, no valor de R\$ 16.321.412 (dezesseis milhões, trezentos e vinte e um mil, quatrocentos e doze reais) ambos movidos pela Receita Federal, discutindo questões relacionadas a IRPJ e CSLL, ambos estão em curso ainda sem decisão definitiva. Na controlada Itatim o processo 17227-720.125/2020-50, 0141819-87.2018.8.19.0001, 0319174-21.2017.8.19.0001 e 17227-720.123/2020-61, com valores envolvidos de R\$ 42.714.204 (quarenta e dois milhões, setecentos e quatorze mil, duzentos e quatro reais), R\$ 27.052.971 (vinte e sete milhões, cinquenta e dois mil, novecentos e setenta e um reais), R\$ 18.510.768 (dezoito milhões, quinhentos e dez mil, setecentos e sessenta e oito reais) e R\$ 13.292.231 (treze milhões, duzentos e noventa e dois mil, duzentos e trinta e um reais), respectivamente. E na controlada ITE refere-se ao processo nº 1000755-83.2021.8.11.0003, ajuizada pelo Estado de Mato Grosso no valor de R\$ 30.384.748 (trinta milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, setecentos e quarenta e oito reais).

(ii) Processos cíveis: Referem-se a ações judiciais nas quais se discute principalmente ocupação de faixa de domínio e suposto atraso na entrada em operação de linha de transmissão, respectivamente. A principal variação refere-se a ação judicial objeto do Processo nº 0421708-19.2012.8.19.0001, do Estado do Rio de Janeiro, na controlada CTE, na qual se discute danos materiais e lucros cessantes, apesar da sentença parcialmente desfavorável à Companhia, o escritório acredita que exista boa possibilidade de reversão em segunda instância. O valor total de exposição dessa causa é de R\$ 3.055.109 (três milhões, cinquenta e cinco mil e cento e nove reais). Atualmente a Companhia aguarda o julgamento do recurso apresentado.

(iii) Processos de servidões: Referem-se a ações ajuizadas pelas Controladas para implementar servidão administrativa de passagem em áreas específicas (fração de imóveis) onde são instaladas as torres de transmissão de energia elétrica. A variação refere-se principalmente à alteração de prognóstico de remoto para possível na Controlada ETEE do Processo nº 0309742-98.2016.8.09.0127 no valor de R\$ 1.098.151 (um milhão e noventa e oito mil, cento e cinquenta

e um reais). E na mudança de prognóstico do processo 0001047-19.2018.8.26.0506 - S.E.P , na Controlada RPTE, no valor de R\$ 1.232.729 (um milhão, duzentos e trinta e dois mil, setecentos e vinte nove reais) que deixou de ser provável e passou a ser possível, o processo é referente a constituição de servidão administrativa para passagem da linha de transmissão de energia.

(iv)Processos ambientais: Referem-se a ações judiciais e/ou autos de infração de natureza ambiental recebidos pela SGBH e suas controladas, nos quais se discute, por exemplo, condicionantes de licenças. O aumento do valor de exposição de risco possível decorre principalmente da atualização de risco de 4 procedimentos administrativos ambientais em curso perante o IBAMA que discutem a aplicação de multas por supostos descumprimento de condicionantes das Licenças Ambientais dos empreendimentos das controladas PCTE e ATE. Em virtude das atualizações na legislação ambiental, de maneira preventiva foram atualizados os valores envolvidos nos procedimentos administrativos em face da PCTE 02001.001572/2017-88 e 02001.001571/2017-33 que passaram respectivamente a ter valores de exposição possível de R\$ 1.553.374 (um milhão, quinhentos e cinquenta e três mil, trezentos e setenta e quatro reais) e R\$ 2.221.325 (dois milhões, duzentos e vinte e um mil, trezentos e vinte e cinco reais) o que representa um aumento no valor de R\$ 2.697.164 (dois milhões, seiscentos e noventa e sete mil, cento e sessenta e quatro reais). Além da atualização dos procedimentos administrativos em face da ATE 02027.001143/2012-16 e 02027.001141/2012-19 que passaram respectivamente a ter valores de exposição possível de R\$ 4.839.224 (quatro milhões, oitocentos e trinta e nove mil, duzentos e vinte quatro reais) e R\$ 6.149.822 (seis milhões, cento e quarenta e nove mil, oitocentos e vinte e dois reais) o que representa um aumento de R\$ 6.423.546 (seis milhões, quatrocentos e vinte e três mil, quinhentos e quarenta e seis reais). Importante destacar que a revisão da exposição ocorre de forma preventiva nesses procedimentos considerando os novos entendimentos dos órgãos ambientais, inexistindo no presente momento novas andamentos nos procedimentos que alterem os seus respectivos status.

(v)Processos trabalhistas: Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados e empregados de terceiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Valores de exposição referem-se principalmente as causas 0010848-39.2015.5.15.0079, 0101343-20.2019.5.01.0002, 0011314-88.2020.5.15.0004, 0025109-84.2021.5.24.0002, 0101662-58.2016.5.01.0045, 0100719-14.2019.5.01.0020, 0000230-42.2022.5.08.0125e 0010449-16.2022.5.15.0127 no valor total de R\$ 3.523.357 (três milhões, quinhentos e vinte e três mil, trezentos e cinquenta e sete reais) .Variação refere-se substancialmente às movimentações processuais que motivaram a reanálise e adequação de prognósticos de perda e do consequente valor envolvido no risco, principalmente na controlada SMTE referente ao processo encerrado 0000117-60.2019.5.10.0021, no valor de R\$ 2.824.718 (dois milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e dezoito reais) e na controladora SGBH refere-se principalmente a mudança de prognostico de possível para provável do processo 001474-84.2018.5.15.0004, no valor de R\$ 910.615 (novecentos e dez mil e seiscentos e quinze reais) .

26 Outros passivos não circulantes

	31/12/2022		31/12/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Obrigações especiais (i)	-	15.263.813	-	15.770.543
Compensação ambiental (ii)	-	34.913.506	-	46.513.772
	-	50.177.319	-	62.284.315

- (i) Recebimento antecipado da controlada Itatim pelas centrais geradoras para o custeio de aquisição de instalações de transmissão de interesse exclusivo;
- (ii) Valores destinados a manutenção ou criação de Unidades de Conservação de acordo com a Lei Federal nº 9.985/00. Variação refere-se principalmente a pagamentos conformes Termos de Compromisso de Compensação Ambiental

(TCCA) nº 09/2022 celebrado entre a Secretaria do Estado do Meio Ambiente (SEMA) e a controlada PRTE e nº 65/2019 celebrado entre ICMBio e a controlada XRTE.

27 Patrimônio líquido (controladora)

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 9.787.203.751 (nove bilhões, setecentos e oitenta e sete milhões, duzentos e três mil setecentos e cinquenta e um reais), dividido em 9.787.203.751 (nove bilhões, setecentos e oitenta e sete milhões, duzentos e três mil setecentas e cinquenta e uma) idênticas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	31/12/2022 e 31/12/2021
International Grid Holdings Limited	99,9999%
Top View Grid Investment Limited	<u>0,0001%</u>
	<u><u>100%</u></u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

Em 2021, a reserva especial de lucros a realizar decorrentes dos ajustes do CPC 47/ IFRS 15, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2018 foi realizada, sendo integrada a reserva de retenção de lucro, com base na lei 10.303/2001 artigo 197, § 2º e art. 202, inciso III, no montante total de R\$ 757.478.446 (setecentos e cinquenta e sete milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e seis reais).

Em 2021, a Companhia destinou o montante de R\$ 1.306.274.948 (um bilhão, trezentos e seis milhões, duzentos e setenta e quatro mil, novecentos e quarenta e oito reais) para a conta de reserva de retenção de lucros os lucros excedentes após o cálculo de reserva legal , provisão de incentivos fiscais e dividendos mínimos obrigatório.

Em 2022, a Companhia destinou o montante de R\$ 1.961.022.642 (um bilhão, novecentos e sessenta e um milhões, vinte e dois mil, seiscentos e quarenta e dois reais) para a conta de reserva de retenção de lucros os lucros excedentes após o cálculo de reserva legal , provisão de incentivos fiscais e dividendos mínimos obrigatório.

Em 2022 a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários e adicionais referentes à reserva de lucros no valor conforme quadro abaixo. Esses valores, assim como todo o montante decorrente de dividendos provisionados foram pagos até dezembro de 2022.

<u>Ata</u>	<u>Valor</u>
------------	--------------

AGO de 26/04/2022	989.021.546
AGE de 20/05/2022	400.000.000
AGE de 01/07/2022	457.283.865
	1.846.305.411

d. Reserva especial de lucros a realizar

Companhia destinou para a conta de reserva especial de lucros a realizar os resultados decorrentes dos ajustes do CPC 47/ IFRS 15, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2018. Esses valores também foram base para a constituição de reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. Em 2021 a reserva especial foi realizada com base na lei 10.303/2001 artigo 197, § 2o e art. 202, inciso III.

e. Reserva de incentivos fiscais

A constituição da reserva de incentivos fiscais reflexa nas investidas está demonstrado conforme segue:

Empresa	Participação	Saldo acumulado	Reflexo SGBH 2022
CNTE (i)	100%	32.741.301	32.741.301
PRTE (ii)	100%	155.469.894	155.469.894
XRTE (iii)	100%	58.250.460	58.250.460
ITE (iv)	100%	24.726.934	24.726.934
BMTE (v)	51%	14.262.852	7.274.055
MTE (vi)	51%	43.845.354	22.361.131
PTE (vii)	51%	17.093.529	8.717.700
TOTAL		346.390.324	309.541.475

Empresa	Participação	Saldo acumulado	Reflexo SGBH 2021
CNTE (i)	100%	22.395.590	22.395.590
PRTE (ii)	100%	96.321.718	96.321.718
XRTE (iii) (Reapresentado)	100%	33.214.501	33.214.501
BMTE (v)	51%	12.468.639	6.359.006
MTE (vi)	51%	30.369.852	15.488.624
PTE (vii)	51%	10.172.605	5.188.028
TOTAL		204.942.905	178.967.467

(i)

CNTE

A controlada CNTE possui direito ao benefício fiscal conferido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que permite a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) calculados sobre a metodologia denominada "Lucro da exploração". Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos.

O incentivo fiscal foi concedido à CNTE pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do Ato Declaratório Executivo nº 1, de 21 de maio de 2020, podendo ser fruído de janeiro de 2019 a dezembro de 2028. Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2020, o Ato Declaratório Executivo retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo

fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2019. Conforme determina a legislação, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras.

O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi no montante de R\$ 22.395.590 (vinte e dois milhões, trezentos e noventa e cinco mil e quinhentos e noventa reais) em 31 de dezembro de 2021 e de R\$ 32.741.301 (trinta e dois milhões, setecentos e quarenta e um mil, trezentos e um reais) em 31 de dezembro de 2022 .

(ii) PRTE

A controlada PRTE possui direito ao benefício fiscal conferido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que permite a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) calculados sobre a metodologia denominada “Lucro da exploração”. Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos.

O incentivo fiscal foi concedido à PRTE pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do despacho decisório Despacho Decisório nº 102/2021/EBEN-DEVAT07/DRF/NIT de fevereiro de 2021, podendo ser fruído de janeiro de 2020 a dezembro de 2029. Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2021, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2020. Conforme determina a legislação, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras.

O valor acumulado do benefício concedido à PRTE foi no montante de R\$96.321.718 (noventa e seis milhões, trezentos e vinte e um mil e setecentos e dezoito reais) em 31 de dezembro de 2021 e de R\$ 155.469.894 (cento e cinquenta e cinco milhões , quatrocentos e sessenta e nove mil, oitocentos e noventa e quatro reais) em 31 de dezembro de 2022.

(iii) XRTE

A controlada XRTE possui direito ao benefício fiscal conferido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que permite a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) calculados sobre a metodologia denominada “Lucro da exploração”. Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos. O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do Despacho Decisório nº 103/2021/EBEN-DEVAT07/DRF/NIT de fevereiro de 2021, podendo ser fruído de janeiro de 2020 a dezembro de 2029. Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2021, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2020.

Conforme determina a legislação, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras.

O valor acumulado do benefício concedido à XRTE foi no montante de R\$33.214.501 (trinta e três milhões, duzentos e quatorze mil, quinhentos e um reais) em 31 de dezembro de 2021 e de R\$ 58.250.460 (cinquenta e oito milhões, duzentos e cinquenta mil, quatrocentos e sessenta reais) em 31 de dezembro de 2022.

(iv) ITE

A Controlada ITE, possui direito ao benefício fiscal conferido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que permite a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) calculados sobre a metodologia denominada “Lucro da exploração”. Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos.

O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do Despacho Decisório EBEN-DEVAT07/SRRF07/RFB nº 23/2022 de março de 2022, podendo ser fruído de janeiro de 2021 a dezembro de 2030. Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2022, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2021.

Conforme determina a legislação, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras.

O valor acumulado do benefício concedido à ITE foi no montante de R\$ 24.726.934 (vinte e quatro milhões, setecentos e vinte e seis mil, novecentos e trinta e quatro reais) em 31 de dezembro de 2022.

- (v) **Belo Monte**
A controlada em conjunto Belo Monte goza de incentivos fiscais de imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, que foi concedido pela SUDAM a redução de 75% do imposto de renda pelo prazo de 10 anos, iniciado no ano calendário 2018 conforme Laudo Constitutivo nº 97/2018 de 10 de setembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2021 esse montante é de R\$ 12.468.639 (doze milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil e seiscentos e trinta e nove reais) e em 31 de dezembro de 2022 esse montante é de R\$ 14.262.852 (quatorze milhões, duzentos e sessenta e dois mil e oitocentos e cinquenta e dois reais).
- (vi) **Matrinchã**
Em setembro de 2019, foi aprovado o Ato Declaratório Executivo nº 103 a RFB, por meio de intermédio de sua delegacia no Rio de Janeiro, onde reconheceu o direito à redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis (calculados com base no lucro da exploração) a favor da Matrinchã nos termos do Laudo Constitutivo nº 270/2018 de 31 de dezembro de 2018 da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Desde então o IRPJ apurado, com base no lucro da exploração, é reduzido em 75%, com prazo de vigência de 10 anos, sendo seu período de fruição a partir de 2018 com término em 2027. Em 31 de dezembro de 2021 esse montante é de R\$ 30.369.852 (trinta milhões, trezentos e sessenta e nove mil e oitocentos e cinquenta e dois reais) e em 31 de dezembro de 2022 esse montante é de R\$ 43.845.354 (quarenta e três milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e quatro reais).
- (vii) **Paranaíba**
Em setembro de 2020 a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu Laudo Constitutivo de nº 0168/2020, que outorga à Paranaíba o direito à redução do imposto de renda de 75%, calculados sobre o lucro da exploração da atividade de transmissão de energia elétrica, com prazo de vigência de 10 anos contados a partir de 2020 até 2029. Em 31 de dezembro de 2021 esse montante é de R\$ 10.172.605 (dez milhões, cento e setenta e dois mil e seiscentos e cinco reais) e em 31 de dezembro de 2022 esse montante é de R\$ 17.093.529 (dezessete milhões, noventa e três mil, quinhentos e vinte e nove reais).

f. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	2.221.568.321	1.461.156.206

Reserva legal (5%)	(111.078.416)	(73.057.810)
Reserva de incentivos fiscais	(129.658.953)	(68.628.752)
Base de cálculo para os dividendos	1.980.830.952	1.319.469.644
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	19.808.310	13.194.696

Conforme mencionado na nota explicativa 26.c, em 2021 a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante total de R\$ 1.996.472.734 (um bilhão, novecentos e noventa e seis milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, setecentos e trinta e quatro reais). Todo esse montante bem como os dividendos mínimos obrigatórios de 2020 e de exercícios anteriores foram pagos no exercício de 2021, totalizando R\$ 2.000.000.000 (dois bilhões de reais).

Em 2022 a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários e adicionais no montante total de R\$ 1.846.305.411 (um bilhão, oitocentos e quarenta e seis milhões, trezentos e cinco mil, quatrocentos e onze reais). Todo esse montante bem como os dividendos mínimos obrigatórios de 2021 no valor de R\$ 10.978.454 (dez milhões, novecentos e setenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais) foram pagos no exercício de 2022, totalizando R\$ 1.857.283.865 (um bilhão, oitocentos e cinquenta e sete milhões, duzentos e oitenta e três mil e oitocentos e sessenta e cinco reais).

28 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado (Reapresentado)
Receita operacional bruta	9.803.920	4.036.186.781	9.276.765	3.784.058.327
Receita de operação e manutenção (i)	-	620.435.165	-	564.366.228
Remuneração dos ativos de contrato (ii)	-	2.838.093.723	-	2.779.459.438
Receita de construção (iii)	-	418.588.659	-	18.301.833
Receita de aluguel	9.803.920	4.650.264	9.276.765	5.064.297
Outras receitas (iv)	-	154.418.970	-	416.866.531
Deduções da receita operacional	(906.862)	(453.833.256)	(858.101)	(414.345.972)
PIS/Cofins (correntes)	(906.862)	(290.319.321)	(858.101)	(266.651.225)
PIS/Cofins (diferidos)	-	(61.440.359)	-	(48.651.517)
ISS	-	(154.100)	-	(106.738)
RGR	-	(33.016.239)	-	(30.357.664)
P&D	-	(30.940.622)	-	(28.801.015)
CDE	-	(21.432.589)	-	(20.918.912)
Taxa de fiscalização (TFSEE)	-	(11.325.642)	-	(13.497.228)
Proinfra	-	(5.204.384)	-	(5.361.673)
	8.897.058	3.582.353.525	8.418.664	3.369.712.355

- (i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção.
- (ii) Aumento devido a variação do saldo do ativo contratual sobre o qual é calculada a remuneração;
- (iii) Variação refere-se a receita de construção da controlada STE devido a pré-operação da empresa com aquisição de equipamentos e contratação de serviços para a construção do empreendimento, novo projeto de reforço da controlada

IRTE referente ao seccionamento da linha de transmissão da subestação Milagres II conforme resolução autorizativa 8677/2020, novo projeto de reforço da controlada LTMC na subestação Padre Fialho conforme resolução autorizativa 9289/20, no investimento com o projeto de reforço da controlada PPTE, na subestação nova porto primavera do primeiro reator de barra de 500 kv conforme resolução autorizativa 9933/21, no investimento com o projeto de reforço da controlada SMTE, na subestação Luziânia do 3º reator de barra de 500kv conforme resolução autorizativa 9932/21e na controlada ATE refere-se à implantação dos reforços em instalação de transmissão do primeiro reator de barra 500kv conforme resolução autorizativa 9.994/21

- (iv) Variação refere-se ao fato de que as outras receitas são calculadas como um diferencial da RAP no modelo da adoção para a RAP homologada pela ANEEL. Uma vez que o IPCA apresentou uma tendência de queda em 2022 quando comparado aos patamares observados no fechamento de 2021, e por consequência, retornou à patamares mais próximos dos considerados no modelo da adoção.

29 Custo da operação

	31/12/2022		31/12/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Pessoal	(3.625.626)	(168.717.979)	(3.013.573)	(147.709.788)
Material	(137.480)	(32.938.387)	(101.523)	(14.901.055)
Serviços de terceiros	(1.778.071)	(52.156.297)	(1.419.642)	(37.083.011)
Custo de construção (i)	-	(351.145.180)	-	(17.165.183)
Custo de operação e manutenção	-	(54.978.706)	-	(32.787.664)
Outros	(1.822.803)	(38.668.564)	(1.187.189)	(32.434.464)
	(7.363.980)	(698.605.113)	(5.721.927)	(282.081.165)

- (i) Variação refere-se a custo de construção da controlada STE devido a pré-operação da empresa com aquisição de equipamentos e contratação de serviços para a construção do empreendimento, novo projeto de reforço da controlada IRTE referente ao seccionamento da linha de transmissão da subestação Milagres II conforme resolução autorizativa 8677/2020, novo projeto de reforço da controlada LTMC na subestação Padre Fialho conforme resolução autorizativa 9289/20, no investimento com o projeto de reforço da controlada PPTE, na subestação nova porto primavera do primeiro reator de barra de 500 kv conforme resolução autorizativa 9933/21, no investimento com o projeto de reforço da controlada SMTE, na subestação Luziânia do 3º reator de barra de 500kv conforme resolução autorizativa 9932/21e na controlada ATE refere-se à implantação dos reforços em instalação de transmissão do primeiro reator de barra 500kv conforme resolução autorizativa 9.994/21.

30 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022		31/12/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Pessoal	(7.744.269)	(100.331.900)	(7.011.681)	(89.973.302)
Serviços de terceiros	(7.290.551)	(22.552.787)	(7.017.578)	(20.004.015)
Arrendamentos e aluguéis	(35.447)	(74.867)	(30.613)	403.324
Provisão/Reversão (i)	3.565.270	(15.640.373)	1.666.617	42.116.620
Tributos	(235.329)	(687.200)	(72.750)	(376.673)
Depreciação e amortização	(5.485.523)	(8.173.140)	(5.297.255)	(7.313.327)
Gastos diversos	(6.727.519)	(24.617.365)	(5.040.854)	(19.174.809)
Outros	(1.701.729)	(1.773.763)	(797.819)	(1.433.529)
	(25.655.097)	(173.851.395)	(23.601.933)	(95.755.711)

- (i) Variação refere-se principalmente a provisão para perda de crédito esperada (PCE) referente ao AVC complementar do grupo Quinturaré, ocorrido em 2022, conforme nota explicativa 10. Enquanto no exercício de 2021, houve a baixa

de provisão de tributação de benefícios a expatriados em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN no valor de R\$ 23.173.352 (vinte e três milhões, cento e setenta e três mil, trezentos e cinquenta e dois reais) e também a baixa dos processos administrativos n. 02027.001141/2012-19 e 02027.001143/2012-16, através de decisões homologatórias de primeira instância aos Autos de Infração, onde o IBAMA diminuiu os valores originais de R\$ 18.000.000 (dezoito milhões de reais) para R\$ 4.565.500 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil e quinhentos reais), ambos eventos geraram um ajuste positivo no resultado do exercício de 2021.

31 Outras receitas/(despesas) operacionais

Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Contrato de Prestação de Serviço de Operação e Manutenção (CPSOM), Centro de Operação do Sistema (COS) e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI) referentes as controladas.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado (Reapresentado)
Rendas da prestação de serviços	880.432	23.692.899	95.593	24.957.954
Demais receitas e rendas (i)	-	123.705.481	-	62.411.164
Tributos sobre receitas	(81.440)	(2.592.695)	(8.842)	(3.219.373)
Perdas na alienação de bens e serviços (ii)	-	-	-	(6.349.891)
Pessoal	(493.057)	(7.851.234)	(471.148)	(6.929.088)
Serviços de terceiros	-	(1.630.880)	-	(2.206.525)
Depreciação e amortização	-	(3.026.630)	-	(3.147.079)
Outros	-	(8.623.995)	(20.608)	(7.816.603)
	305.935	123.672.946	(405.005)	57.700.559

(i) Variação refere-se a reserva incentivo fiscal nas Controladas XRTE no valor de R\$ 29.469.035 (vinte e nove milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil e trinta e cinco reais), PRTE no valor de R\$ 59.148.175 (cinquenta e nove milhões, cento e quarenta e oito mil, cento e setenta e cinco reais) e CNTE, no valor de R\$ 10.345.711 (dez milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, setecentos e onze reais) concedidos pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do despacho decisório nº 103/2021 de fevereiro de 2021. E ao incentivo fiscal que foi concedido à Controlada ITE pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do Despacho Decisório EBEN-DEVAT07/SRRF07/RFB nº 23/2022 de março de 2022 no valor de R\$ 24.726.934 (vinte e quatro milhões, setecentos e vinte e seis mil, novecentos e trinta e quatro reais)

(ii)Variação refere-se na baixa do ativo imobilizado por sucata e material obsoleto da controlada ITE no exercício de 2021.

32 Resultado financeiro

	31/12/2022		31/12/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita financeira	1.513.991.161	1.616.622.160	938.839.308	999.168.832
Receitas de aplicações financeiras (i)	32.750.961	190.246.906	23.626.812	87.453.226
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas (ii)	65.223.161	65.223.161	87.413.626	71.098.438
Variação cambial - partes relacionadas (iii)	1.365.879.020	1.365.879.020	719.576.674	845.022.784
Receita de atualização monetária (iv)	1.698.899	5.947.292	3.043.521	12.564.616
Outras	928.168	4.729.605	5.111	2.576.152
Juros sobre capital próprio	57.508.417	-	121.739.465	-
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(9.997.465)	(15.403.824)	(16.565.901)	(19.546.384)
Despesa financeira	(1.346.634.437)	(2.172.678.419)	(1.404.435.318)	(2.418.962.666)

	31/12/2022		31/12/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Varição monetária empréstimos terceiros (v)	-	(83.100.290)	-	(85.903.954)
Atualização TJLP e TLP (vi)	-	(326.843.069)	-	(524.212.057)
Juros sobre empréstimos e financiamentos - Terceiros	-	(458.285.504)	-	(376.773.361)
Varição cambial partes relacionadas (iii)	(991.663.562)	(991.663.562)	(1.103.699.817)	(1.238.950.039)
Juros sobre empréstimos - Partes relacionadas (iii)	(225.889.553)	(225.889.553)	(130.215.326)	(149.034.977)
Reversão de juros sobre capital próprio	(57.508.417)	-	(121.739.465)	-
Outras (vii)	(71.572.905)	(86.896.441)	(48.780.710)	(44.088.278)
	<u>167.356.724</u>	<u>(556.056.259)</u>	<u>(465.596.010)</u>	<u>(1.419.793.833)</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente ao aumento dos valores aplicado em CDB/CDI ao longo do ano de 2022.
- (ii) Valor refere-se ao juros sobre empréstimo que Eletronorte e Furnas tem com a Controladora SGBH e variação de um exercício para outro se deve a quitação integral no dia 15 de julho de 2021 das Debêntures que a controlada XRTE tinha com a SGBH conforme nota explicativa 11.
- (iii) Variação refere-se a juros e a variação cambial da Controladora SGBH referente aos empréstimos com a SGID devido a LIBOR (nota explicativa 19).
- (iv) Variação refere-se substancialmente na atualização SELIC, no exercício de 2021 de saldo negativo de IR e CS de anos anteriores na SGBH, e suas Controladas XRTE, CNTE e PRTE.
- (v) Variação monetária devido a redução da inflação, impactando diretamente às debentures. O IPCA acumulado em 2022 fechou em 5,79%, percentual inferior ao registrado em 2021 que foi de 10,06%. Como a debentures da XRTE so forma desembolsadas em julho de 2021 isso faz com que os núemros de 2021 e 2022 sejam similares apesar da grande variação do IPCA. (nota explicativa 19).
- (vi) Valor refere-se a atualização monetária do empréstimo com o BNDES das controladas CNTE e PRTE, que está atrelada a TJLP e XRTE , que está atrelada a TLP, que é calculada com base no IPCA. Redução devido a inflação na controlada XRTE, onde a TLP variou de 10,7% em 2021 para 6,1% em 2022 , já a TJLP, em 2022 foi de 0,74% e em 2021 de 0,00%.(nota explicativa 19).
- (vii) Variação refere-se substancialmente a imposto de renda sobre o pagamento de juros do empréstimo com a SGID.

33 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

	Controladora	Controladora
	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.223.290.235	1.462.668.734
Adições/Exclusões não dedutíveis	(508.704)	(734.068)
Varição Cambial	(400.109.711)	67.929.702
Juros Indedutíveis	115.440.808	46.011.685
Equivalência Patrimonial	(2.079.749.595)	(1.949.574.945)
Juros s/ Capital Próprio	57.508.417	121.739.465
Lucro Real	<u>(84.128.550)</u>	<u>(251.959.427)</u>
Compensação PF/BN (30%)	-	-

Lucro Real (Após Compensação)	(84.128.550)	(251.959.427)
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	-	-
Inc. Fiscais	-	-
IRPJ devido (25%)	-	-
CSLL (9%)	-	-
IR e CS correntes	-	-
IR e CS diferidos	(1.721.913)	(1.512.528)

Em 2022 para a controladora SGBH e para as controladas, ETEE, ITE, IRTE, PPTE, SMTE, LTI, PRTE, CNTE e XRTE a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro real. Em 2021, para a SGBH e para as controladas: ETEE, ITE, IRTE, PPTE, SMTE, PRTE, CNTE e XRTE, a tributação era feita pelo lucro real. Abaixo resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro real:

Resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro real

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021 (Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.518.318.940	1.667.068.395
Adições/Exclusões não dedutíveis	64.720.966	43.797.205
Variação Cambial	(400.109.711)	54.803.016
Juros Indedutíveis	115.440.808	51.238.489
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo)	-	-
Equivalência Patrimonial	(180.874.015)	(112.723.641)
Ajustes de IFRIC	(529.085.320)	(936.517.522)
Doações e subvenções para investimento	(123.689.852)	(61.498.129)
Amortização Ágio (Goodwill)	(30.035.845)	(30.035.845)
Outros	(7.541.233)	-
Lucro Real	1.427.144.738	676.131.968
Compensação PF/BN (30%)	-	-
Lucro Real (Após Compensação)	1.427.144.738	676.131.968
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(258.723.192)	(152.460.419)
Inc. Fiscais	4.149.826	5.949.908
IRPJ devido (25%)	(254.573.366)	(146.510.511)
CSLL (9%)	(93.824.604)	(54.954.871)
IR e CS correntes (ajuste de anos anteriores)	41.661	27.718.410
IR e CS correntes	(348.397.970)	(201.465.382)
IR e CS diferidos	(197.467.569)	(308.122.062)
Alíquota efetiva	14%	12%

Resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro presumido

Em 2022 para as controladas, ETIM, MRTE, Araraquara, RPTE, PCTE, LTMC, SPTE, Catxerê, ACTE e SGSE a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido, sendo que na controlada SGSE a alíquota de presunção é de 32% para IRPJ e para CSLL. Em 2021, as controladas onde a tributação era feita pelo lucro presumido eram as seguintes: ETIM, MRTE, Araraquara, RPTE, PCTE, LTMC, SPTE, Catxerê, ACTE, LTI e SGSE. Abaixo resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro presumido:

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021 (Reapresentado)
Receitas brutas (i)	429.501.709	444.554.385
Base de cálculo (8%/32%)	35.182.509	37.088.401
Outras receitas	48.305.218	15.139.349
Base de cálculo	83.487.727	52.227.750
IR devido	(20.607.932)	(12.925.023)
Ajuste provisao IR anos anteriores	6.199	2.489.748
(+) IR diferido/Outros	(8.321.030)	(1.765.819)
Total de IRPJ	(28.922.763)	(12.201.094)
Base de cálculo (12%/32%)	52.225.515	54.798.734
Outras receitas	48.305.218	15.139.349
Base de cálculo	100.530.733	69.938.083
CSLL devida	(9.047.766)	(6.415.231)
Ajuste provisão CSLL anos anteriores	1.938	914.734
(+) CSLL diferida/Outros	(4.135.310)	(595.495)
Total de CSLL	(13.181.138)	(6.095.992)
IR e CS correntes	(29.647.561)	(15.935.772)
IR e CS diferidos	(12.456.340)	(2.361.314)
Total de IRPJ/CSLL	(42.103.901)	(18.297.086)

- (i) As Companhias do grupo SGBH tributadas pelo Lucro Presumido, tributam as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC). A natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, não comportando seu desmembramento tal qual as Concessionárias fornecessem serviços de construção ao Poder Concedente. Ainda que para fins contábeis as transmissoras devam reconhecer suas receitas a medida da execução da obra de infraestrutura, tais valores devem ser considerados como uma mera expectativa de benefícios futuros; as receitas a que fazem jus as transmissoras decorrem unicamente da prestação de transmissão remuneradas por meio da RAP. Dessa forma, as controladas em fase pré operacional somente terão suas receitas operacionais auferidas após a entrada em operação das linhas de transmissão.

34 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à segurança, à rentabilidade e à liquidez. A política de controle é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 34.1, não difere dos saldos contábeis, pois estes têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, exceto pelo saldo de propriedade para investimentos.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Os instrumentos financeiros da Companhia demonstrado no quadro abaixo estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

34.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

	Nota	31/12/2022		31/12/2021	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	8	157.242.818	1.290.081.039	104.714.711	1.589.947.576
Títulos e valores mobiliários	9	-	207.868.493	-	175.328.834
		157.242.818	1.497.949.532	104.714.711	1.765.276.410

	Nota	31/12/2022		31/12/2021	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Contas a receber - partes relacionadas	23.1	3.011.157	568.565	3.330.317	957.006
Concessionárias e permissionárias	10	-	341.611.184	-	332.964.638
Empréstimos a receber - partes relacionadas	12	674.451.080	674.451.080	739.079.128	739.079.128
		677.462.237	1.016.630.829	742.409.445	1.073.000.772

	Nota	31/12/2022		31/12/2021	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Passivos mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores - terceiros	18	5.412.032	234.708.654	1.857.898	246.492.969
Fornecedores - partes relacionadas	23.2	11.482.543	13.372.895	2.159.713	16.645

Empréstimos e financiamentos - terceiros	19	-	7.677.463.073	-	7.347.901.907
Empréstimos - partes relacionadas	19	<u>5.385.055.801</u>	<u>5.385.055.801</u>	<u>5.745.783.571</u>	<u>5.745.783.571</u>
		<u>5.401.950.376</u>	<u>13.310.600.423</u>	<u>5.749.801.182</u>	<u>13.340.195.092</u>

Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os recebimentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA e (b) curva de amortização do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo, conforme segue para o exercício de 2022 nas Controladas PPTE, LTMC, MRTE, XRTE e STE:

	PPTE	LTMC	MRTE	XRTE	STE
Saldo contábil	127.614.319	85.845.847	12.807.303	1.197.114.877	264.999.005
Cálculo valor justo	121.755.271	85.997.244	12.808.960	1.071.730.000	267.068.028

34.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia e suas controladas são realizadas por intermédio da área Financeira, de acordo com uma estratégia conservadora, visando à segurança, à rentabilidade e à liquidez, previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia e suas controladas são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração do Grupo, que, periodicamente, avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia e suas controladas também não praticam aplicações de caráter especulativo ou nenhum outro ativo de risco.

b. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e suas controladas efetuarem o monitoramento constante desses índices, até o momento não se identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração, está apresentado abaixo:

Efeito em Reais	31/12/2022		31/12/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado

Ativos Financeiros				
Caixa e equivalente	157.242.818	1.290.081.039	104.714.711	1.589.947.576
Títulos de Valores Mobiliários	-	207.868.493	-	175.328.834
Contas a receber parte relacionadas	3.011.157	568.565	3.330.317	957.006
Concessionária e Permissionárias	-	341.611.184	-	332.964.638
Empréstimos a receber – partes relacionadas	674.451.080	674.451.080	739.079.128	739.079.128
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos - terceiros	-	7.677.463.073	-	7.347.901.907
Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	5.385.055.801	5.385.055.801	5.745.783.571	5.745.783.571

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia e de algumas de suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações de empréstimos. O Grupo faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e, até o presente momento, não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção, visto que os principais empréstimos do Grupo em Dólar são contratados com a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais ficam consolidados no Grupo.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31 de dezembro de 2022. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	31/12/2022	(5%)	5%
Empréstimos	5.385.055.801	-269.252.790	269.252.790

d. Risco de crédito

Os riscos de crédito são minimizados em virtude dos recebíveis das controladas serem essencialmente com a ONS, apresentando baixo nível de atrasos nos recebimentos.

e. Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração do Grupo através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

35 Gestão do capital

A Companhia e suas controladas utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, e a utilização de capital de terceiros visa a otimizar sua estrutura de capital, bem

como monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto a objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2022.

36 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros da Companhia e suas controladas contra riscos operacionais era composta por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.

Natureza	31/12/2022		31/12/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Responsabilidade civil	10.000.000	60.000.000	10.000.000	60.000.000
Seguro patrimonial	224.118.763	8.712.800.288	123.232.682	8.611.915.347
Veículos	-	31.036.898	-	25.034.619
Transporte	-	33.000.000	-	33.000.000
Equipamentos	-	11.065.862	-	9.324.860
	234.118.763	8.847.903.048	133.232.682	8.739.274.826

37 Compromissos assumidos

As controladas assinaram até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 257.599.187 (duzentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e noventa e nove mil, cento e oitenta e sete reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
ATE-PM-2021-5349	PROLEC GE	Fornecimento de reator	06/01/2022	436.664
ATE-PM-2021-5520	Sendi	Contrato EPC - Banco de Reator	11/02/2022	3.092.029
ATE-PM-2022-6456	Siemens	IPARO - Equipamento de pátio	28/04/2022	1.078.120
ATE-PM-2022-6692	Hitachi	IPARO - SPCS	22/04/2022	1.440.000
ATE-PM-2022-6754	PFIFFNER	IPARO - TCs	14/06/2022	41.625
ATE-PM-2022-6894	CAW	IPARO - Estruturas de aço	07/07/2022	17.991
ATE-PM-2022-7732	YOFC	IPARO - Cabos	23/11/2022	20.280
ATE-PM-2021-4417	E-Guana	Siget	22/09/2021	11.820
ATE-PM-2021-5523	Sendi	Contrato EPC - Serviço Auxiliar	11/02/2022	2.619.482
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	227.769
IRTE-PM-2020-3719	CET	EPC para IRTE-Milagres II	30/12/2020	4.760.088
IRTE-PM-2021-4081	GE	IPARO do EPC para IRTE-Milagres II - Disjuntores e Chaves Secc	07/06/2021	432.424
IRTE-PM-2021-4000	Marte	IPARO do EPC para IRTE-Milagres II - Projeto Executivo	28/04/2021	125.644

State Grid Brazil Holding S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2022*

IRTE-PM-2021-4321	Better Systems	IPARO - Construção e Montagem	11/08/2021	298.996
IRTE-PM-2021-4328	GE - SPCS	IPARO - SPCS	23/08/2021	354.925
IRTE-PM-2021-4485	Fiberx	IPARO - Telecom	29/10/2021	315.695
IRTE-PM-2021-5092	Riseline	IPARO - disc isoladores	07/12/2021	83.223
IRTE-PM-2022-6152	Sercamp	IPARO - desmontagem e montagem de reatores	17/05/2022	480.000
IRTE-PM-2022-5878	Fiberx CFTV Giovanni	IPARO - CFTV	27/07/2022	14.482
GSTE - 001/2020	Sanguinetti	CCI GSTE x IRTE	30/11/2020	224.163
PO-009434	Extimac	Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico	17/12/2021	2.750
IRACEMA-PM-2017-2222	Nari	Contrato EPC para IRTE- Curral Novo II	27/12/2013	991.949
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	25.096
LTMC-PM-2021-3909	E-GUANA	Sistema siget para LTMC- Padre Fialho (Aneel)	18/03/2021	9.540
LTMC-PM-2021-3965	Marte	Projeto Básico para LTMC -Padre Fialho	15/04/2021	19.800
LTMC-PM-2021-5333	PROLEC GE	Fornecimento de Equipamentos - Autotransformadores Monofásicos	06/01/2022	5.987.165
LTMC-PM-2021-4446	Grantel (REA)	Contrato EPC - Autorizado pela ANEEL (R.E.A.)	20/09/2021	8.746.362
LTMC-PM-2022-6138	Arteche (REA)	IPARO - Fornecimento SPCS	01/09/2022	2.189.254
LTMC-PM-2022-6013	Brafer (REA) BELLUNO VEÍCULOS	IPARO - Fornecimento de Estruturas Metálicas	26/01/2022	1.061.143
LTMC-PM-2022-8291	LTDA	IPARO - Projeto Eletromecânico	08/12/2022	230.000
LTMC-PM-2021-5648	Ensiste (REA)	IPARO - fornecimento de estrutura pré-moldada da Casa de Relés, canaletas pré-moldadas e paredes corta-fogo pré-moldadas, IPARO - Fornecimento de 05 Chaves	17/12/2021	137.651
LTMC-PM-2022-6034	Grid Solutions (GE) - (REA) Grid Solutions (GE) REA - (TA1 - Spare Parts)	Seccionadoras 362kV e 14 Chaves Seccionadoras 145kV	21/01/2022	2.295.470
LTMC-PM-2022-7343		IPARO - Fornecimento de Transformadores	21/01/2022	384.668
LTMC-PM-2022-5967	Hubbell (REA) Hubbell REA - (TA1 - Spare Parts)	IPARO - Terraplenagem	21/03/2022	1.717.178
LTMC-PM-2022-7338		Peças de reposição	21/03/2022	292.493
LTMC-PM-2022-5808	Pfiffner (REA) Pfiffner REA (TA1 - Spare Parts)	Fornecimento de TPs and TCs	26/01/2022	804.407
LTMC-PM-2022-7276		Peças de reposição	26/01/2022	148.730
LTMC-PM-2022-7379	PROLEC GE (Spare Parts)	Peças de reposição	01/08/2022	305.709
LTMC-PM-2021-4447	Grantel (PA1)	Contrato EPC - Parecer Autorizativo ONS (P.A.)	20/10/2021	1.789.139
LTMC-PM-2022-6139	Arteche (PA1) Grid Solutions (GE) (PA1)	IPARO - Fornecimento SPCS IPARO - Fornecimento e Montagem de Disjuntores de 145kV;	15/06/2022	267.954
LTMC-PM-2022-6035			23/05/2022	176.373
LTMC-PM-2022-5966	Hubbell (PA1) Pfiffner PA1 (TA1 - Spare Parts)	IPARO - Fornecimento de Chaves Seccionadoras	30/04/2022	401.501
LTMC-PM-2022-7277		Peças de reposição	28/07/2022	54.509
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	257.184
PPTE-PM-2018-2379	Nari	EPC para PPTE - 3o banco de transformador	26/04/2018	76.940
PPTE-PM-2020-3507	Nari	Remobilização	24/09/2020	46.157
PPTE-PM-2020-3371	Nari	EPC para PPTE - Cubículos	22/07/2020	35.180
PPTE-PM-2021-5331	PROLEC GE	Fornecimento de reator	06/01/2022	415.917
PPTE-PM-2021-5492	Sendi	Contrato EPC - Banco de Reator	11/02/2022	3.765.779
PPTE-PM-2022-6443	Nari	IPARO - SPCS	04/04/2022	1.092.936
PPTE-PM-2022-6693	Siemens	IPARO - Equipamentos	28/04/2022	963.297
PPTE-PM-2022-6756	PIFFNER	IPARO - TCs	14/06/2022	41.850
PPTE-PM-2021-4416	E-Guana	Siget	22/09/2021	11.820
PPTE-PM-2021-5493	Sendi	Contrato EPC - UHE TPs	11/02/2022	633.839
PPTE-PM-2022-6756	PIFFNER	IPARO - TCs	14/06/2022	66.600
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	235.407
PRTE-PM-2020-3870	Engelinas	TEQ C3 - Diagnóstico de inconformidades	04/02/2021	14.100
PRTE-PM-2021-4177	Brametal	TEQ C3 - Estruturas metálicas	22/11/2021	108.268
PRTE-ENG-2018-177	Nari	Contrato EPC para PRTE - Ribeirãozinho IB	28/09/2018	38.607
PRTE-ENG-2016-0012	CET	Contrato EPC para PRTE	21/12/2016	1.451.990

State Grid Brazil Holding S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2022*

SMTE020215332	PROLEC GE	Fornecimento de reator	06/01/2022	2.302.578
SMTE020226217	Cobra	Contrato EPC - Banco de Reator	24/02/2022	3.877.355
SMTE-PM-2022-6917	Balteau	IPARO - Fornecimento de TC	18/07/2022	264.455
SMTE-PM-2022-6921	Brafer	IPARO - Structures	26/07/2022	82.447
SMTE-PM-2022-6920	Siemens	IPARO - CB / Disconnectores / Spare	29/07/2022	1.585.126
SMTE-PM-2022-6919	IOSI	IPARO - SPCS	22/08/2022	699.066
SMTEPM202140612	E-Guana	Siget	22/09/2021	11.820
EXP-SMTE-2019-008	Nari	Contrato EPC para SMTE - Paracatu 4	15/08/2019	153.735
	SGSE - State			
	Grid Serviços de		27/09/2021	77.643
	Engenharia S.A.	Contrato EPC		
SMTE-PM-2021-4432	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	249.647
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	291.063
EXP-SPTE-2019-0023	Nari	Contrato EPC para SPTE - Pirapora 2	27/09/2019	406.397
STE-PM-2021-4187	Prysmian	OPGW Cabos e Projeto	19/11/2021	178.355
STE-PM-2021-5491	Marte	Estrutura	15/02/2022	116.512
STE020225954	PLP	Fornecimento do Sistema de Amortecimento	01/04/2022	12.261
STE020225952	Fibra Telecom	OPGW Change	31/03/2022	5.768.678
STE-PM-2022-7934	Abengoa	IPARO - Aluguel de equipamentos	03/11/2022	57.600
STE-PM-2022-7344	Sepco1	IPARO - Aluguel de equipamentos	03/10/2022	54.105
STE-PM-2021-4093	XPTT	EPC - Linha de transmissão	14/06/2021	14.630.289
STE-PM-2021-4101	Topocart	Topografia	18/06/2021	34.313
STE-PM-2021-4107	Marte	Projeto básico e executivo	17/06/2021	318.007
STE-PM-2021-4160	Marte	Projeto de estrutura	15/10/2021	155.925
STE-PM-2021-4358	GEO Advance	Sondagem	24/08/2021	268.748
STE-PM-2021-5411	BRAMETAL	Estrutura	28/04/2022	15.440.654
STE-PM-2022-6222	BELGO	Cabo Estai	18/05/2022	1.257.755
STE-PM-2022-6307	PLP	Acessorios	24/05/2022	1.184.081
STE-PM-2022-6567	VERCON	Industrialização das estacas e tirantes	04/06/2022	568.309
STE-PM-2022-6567	VERTICE	Industrialização das estacas e tirantes	04/06/2022	998.152
		ferragens de cadeias e acessórios para cabos		
STE-PM-2022-6222	SAE TOWERS	condutores e pára-raios	20/05/2022	4.449.480
STE-PM-2022-6309	PRYSMIAN	cabos de para-raios e cabos de OPGW	20/05/2022	581.419
PO_000865	VOTORANTIM	cimento	31/05/2022	330.844
PO_000867	CIPLAN	cimento	31/05/2022	160.380
PO_000872	GERDAU 2	Aços	31.05.2022	830.194
	Posto			
PO_001540	Bonfinopolis	Combustível	23/09/2022	985.000
	Posto Tres			
PO_001542	Barras	Combustível	23/09/2022	870.000
PO_001543	Posto JM Eirelli	Combustível	23/09/2022	930.000
	POSTO			
PO_001544	UNIÃO-2	Combustível	23/09/2022	790.000
	SABOR DA			
PO_001545	CARNE 3	Refeições	23/09/2022	2.461.304
PO_001539	VERSÁTIL	Projetos/ Estudos	23/09/2022	49.680
STE-PM-2021-4126	CET	EPC - Subestação	14/07/2021	82.744.414
STE-PM-2021-4144	TRACTEBEL	Projeto Executivo	28/09/2022	588.534
STE-PM-2022-7445	Procel	Construção	07/10/2022	6.570.359
STE-PM-2022-7859	BRAFER	Estruturas de aço	28/11/2022	2.753.344
STE-PM-2022-7766	JWZN/EPEI	Reator seco	21/12/2022	10.000.000
STE-PM-2021-4418	E-guana	SIGET	09/12/2021	39.030
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	1.572.844
STE-AD-2022-7893	CET	Contrato EPC _ projeto de reforço	06/10/2022	30.717.303
STE-PM-2022-7854	Procel	Construção	06/10/2022	2.878.134
STE-PM-2022-8194	Brafer	Estruturas de aço	28/11/2022	1.127.711
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	728.586
	ACX	Contrato para elaboração e construção de 10 (dez)		
	ENGENHARIA	instalações / sedes e subsedes de manutenção e		
XRTE-ENG-2018-0547	LTDA	operação	31/10/2018	432.206
	DORACI			
	MARIA FAIZ		30/09/2020	18.928
XRTE-ADM-2019-0985	KUSTER	Contrato aluguel apto chineses em Altamira		
	LACUS			
	SERVICE			
	LOCAÇÃO		08/03/2021	163.219
XRTE-AD-2021-3908	EIRELI	Contrato serviço de limpeza SS Xingu		

XRTE-AD-2021-4164	J. S. SOARES TRANSPORTE S LTDA BIRD SOLUTIONS E TECNOLOGIA	Contrato serviço de transporte SS Xingu	03/11/2021	221.485
XRTE-UHV-2021-4172	– EIRELI WECOM COM DIST E SERV EM TEC DA INFORMACAO	Contrato de locação de repetidoras para SS Xingu	12/11/2021	35.000
XRTE-UHV-2021-4473	S.A.	Contrato de fornecimento de byne table	16/12/2021	154.581
				<u>257.599.187</u>

Cronograma de vencimento

	Em R\$
2023	257.599.187
	<u>257.599.187</u>

38 Eventos subsequentes

PRTE

No dia 06/02/2023, houve o desligamento automático da LT 500 kV Cláudia / Paranatinga C3 devido a queda da uma estrutura, causada por colisão de máquina agrícola, e consequentes danos em outras duas estruturas adjacentes. No dia 09/02/2023, a LT 500 kV Cláudia / Paranatinga C3 foi ligada e reintegrada ao SIN. Conforme regulação vigente, foi elaborado relatório técnico de forma a comprovar que o evento causador da queda da estrutura foi um Caso Fortuito e de Força Maior, enviado ao ONS, solicitando a isenção da Parcela Variável por Indisponibilidade – PVI. Até o momento este relatório está em análise pelo ONS. O valor previsto da PVI é de R\$ 23.669.167 (vinte e três milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, cento e sessenta e sete reais), caso o ONS não classifique como Caso Fortuito.

STE

Em 23 de janeiro de 2022 foi celebrado o Instrumento Particular de Contrato de Mútuo Financeiro entre a Silvânia Transmissora de Energia S.A. e sua controladora, a State Grid Brazil Holding S.A., com desembolsos que totalizam até R\$ 260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões de reais), sendo o pagamento do principal e respectivos juros previsto em contrato para ocorrer em 30 de setembro de 2023, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes. A partir da data de desembolso incidirá sobre o montante taxa de juros equivalente a 110% (cento e dez por cento) do CDI. Os recursos serão desembolsados de acordo com a necessidade de caixa prevista para conclusão da construção do projeto Silvânia.

* * *

Sun Tao
Diretor Presidente

Ramon Sade Hadded
Diretor Vice Presidente

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2